

Daniel Amorim Assumpção Neves

Manual de
Direito
Processual Civil

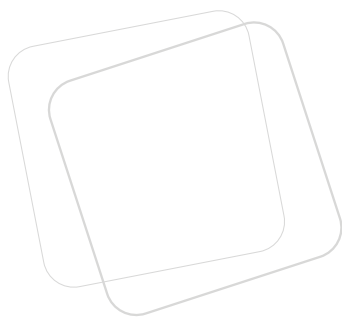
VOLUME ÚNICO

11a revista
edição | atualizada
ampliada

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. JURISDIÇÃO | 59 |
| 1.1. Conceito..... | 59 |
| 1.2. Equivalentes jurisdicionais..... | 61 |
| 1.2.1. Autotutela..... | 61 |
| 1.2.2. Formas consensuais de solução de conflitos..... | 62 |
| 1.2.2.1. Introdução..... | 62 |
| 1.2.2.2. Espécies..... | 63 |
| 1.2.2.2.1. Autocomposição..... | 63 |
| 1.2.2.2.2. Mediação..... | 64 |
| 1.2.2.2.3. Tratamento procedimental da conciliação (autocomposição) e mediação..... | 66 |
| 1.2.2.2.3.1. Introdução..... | 66 |
| 1.2.2.2.3.2. Centros judiciários de solução consensual de conflitos..... | 66 |
| 1.2.2.2.3.3. Local físico da conciliação e mediação..... | 67 |
| 1.2.2.2.3.4. Conciliador e mediador..... | 68 |
| 1.2.2.2.3.5. Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos..... | 69 |
| 1.2.2.2.3.6. Cadastros..... | 74 |
| 1.2.2.2.3.7. Remuneração do conciliador e do mediador..... | 75 |
| 1.2.2.2.3.8. Impedimento do conciliador e do mediador..... | 76 |
| 1.2.2.2.3.9. Causas de exclusão..... | 76 |
| 1.2.2.2.3.10. Solução consensual no âmbito administrativo..... | 77 |
| 1.2.2.2.3.11. Conciliação e mediação extrajudiciais..... | 77 |
| 1.2.3. Arbitragem..... | 77 |
| 1.3. Escopos da jurisdição..... | 80 |
| 1.4. Características principais..... | 81 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 1.4.1. | Caráter substitutivo..... | 81 |
| 1.4.2. | Lide | 82 |
| 1.4.3. | Inércia..... | 83 |
| 1.4.4. | Definitividade | 86 |
| 1.5. | Princípios da jurisdição..... | 87 |
| 1.5.1. | Investidura..... | 87 |
| 1.5.2. | Territorialidade (aderência ao território)..... | 87 |
| 1.5.3. | Indelegabilidade..... | 88 |
| 1.5.4. | Inevitabilidade | 89 |
| 1.5.5. | Inafastabilidade..... | 90 |
| 1.5.6. | Juiz natural..... | 95 |
| 1.5.7. | Promotor natural | 96 |
| 1.6. | Espécies de jurisdição | 97 |
| 1.6.1. | Jurisdição penal ou civil..... | 97 |
| 1.6.2. | Jurisdição superior ou inferior..... | 97 |
| 1.6.3. | Jurisdição comum e especial | 98 |
| 1.7. | Jurisdição voluntária..... | 98 |
| 1.7.1. | Características | 98 |
| 1.7.1.1. | Obrigatoriedade..... | 98 |
| 1.7.1.2. | Princípio inquisitivo..... | 99 |
| 1.7.1.3. | Juízo de equidade..... | 99 |
| 1.7.1.4. | Participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica..... | 100 |
| 1.7.2. | Natureza jurídica..... | 101 |
| 1.7.2.1. | Inexistência de caráter substitutivo..... | 101 |
| 1.7.2.2. | Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto..... | 101 |
| 1.7.2.3. | Ausência de lide..... | 102 |
| 1.7.2.4. | Não há partes, mas meros interessados..... | 103 |
| 1.7.2.5. | Não há processo, mas mero procedimento..... | 103 |
| 1.7.2.6. | Inexistência de coisa julgada material..... | 103 |
| 1.8. | Tutela jurisdicional | 104 |
| 1.8.1. | Espécie de crise jurídica..... | 104 |
| 1.8.2. | Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais..... | 106 |
| 1.8.3. | Coincidência de resultados com a satisfação voluntária..... | 109 |
| 1.8.4. | Espécie de técnicas procedimentais..... | 112 |
| 1.8.4.1. | Introdução | 112 |
| 1.8.4.2. | Formas de concretização da tutela diferenciada..... | 112 |
| 1.8.4.3. | Cláusula geral de negócio jurídico processual..... | 114 |
| 1.8.5. | Cognição vertical (profundidade) | 114 |
| 1.8.6. | Sistema processual..... | 115 |

| | |
|--|------------|
| 2. AÇÃO..... | 123 |
| 2.1. Teorias da ação | 123 |
| 2.1.1. Teoria imanentista (civilista)..... | 123 |
| 2.1.2. Teoria concreta da ação..... | 124 |
| 2.1.3. Teoria abstrata do direito de ação..... | 125 |
| 2.1.4. Teoria eclética..... | 126 |
| 2.1.5. Teoria da asserção | 127 |
| 2.2. Condições da ação..... | 129 |
| 2.2.1. Introdução..... | 129 |
| 2.2.2. Possibilidade jurídica do pedido..... | 131 |
| 2.2.3. Interesse de agir | 132 |
| 2.2.4. Legitimidade..... | 135 |
| 2.3. Elementos da ação..... | 137 |
| 2.3.1. Introdução..... | 137 |
| 2.3.2. Partes | 138 |
| 2.3.3. Pedido..... | 139 |
| 2.3.3.1. Certeza e determinação do pedido | 140 |
| 2.3.3.2. Pedidos genéricos..... | 141 |
| 2.3.3.2.1. Universalidade de bens..... | 141 |
| 2.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano | 142 |
| 2.3.3.2.3. Valor a depender de ato a ser praticado pelo réu | 144 |
| 2.3.3.3. Pedido implícito..... | 145 |
| 2.3.3.4. Cumulação de pedidos | 147 |
| 2.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos. | 148 |
| 2.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si..... | 148 |
| 2.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos | 149 |
| 2.3.3.4.1.3. Identidade procedimental..... | 150 |
| 2.3.3.4.2. Espécies de cumulação..... | 151 |
| 2.3.4. Causa de pedir..... | 153 |
| 3. PROCESSO..... | 157 |
| 3.1. Introdução | 157 |
| 3.1.1. Processo como procedimento..... | 157 |
| 3.1.2. Processo como contrato | 158 |
| 3.1.3. Processo como um quase contrato..... | 158 |
| 3.1.4. Processo como relação jurídica..... | 158 |
| 3.1.5. Processo como situação jurídica | 159 |
| 3.1.6. Processo como procedimento em contraditório..... | 160 |

| | | |
|--------------|--|-----|
| 3.1.7. | Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório.. | 160 |
| 3.1.8. | Conclusão..... | 160 |
| 3.2. | Procedimento..... | 161 |
| 3.3. | Relação jurídica processual..... | 161 |
| 3.3.1. | Composição..... | 161 |
| 3.3.2. | Características..... | 162 |
| 3.3.3. | Pressupostos processuais..... | 163 |
| 3.3.3.1. | Pressupostos processuais subjetivos (juiz)..... | 165 |
| 3.3.3.1.1. | Investidura..... | 165 |
| 3.3.3.1.2. | Imparcialidade..... | 165 |
| 3.3.3.2. | Pressupostos processuais subjetivos (partes)..... | 167 |
| 3.3.3.2.1. | Capacidade de ser parte..... | 167 |
| 3.3.3.2.2. | Capacidade de estar em juízo..... | 167 |
| 3.3.3.2.3. | Capacidade postulatória..... | 170 |
| 3.3.3.3. | Pressupostos processuais objetivos..... | 170 |
| 3.3.3.3.1. | Pressupostos processuais objetivos extrínsecos..... | 170 |
| 3.3.3.3.2. | Pressupostos processuais objetivos intrínsecos..... | 171 |
| 3.3.3.3.2.1. | Demanda..... | 171 |
| 3.3.3.3.2.2. | Petição inicial apta..... | 172 |
| 3.3.3.3.2.3. | Citação válida..... | 172 |
| 3.3.3.3.2.4. | Regularidade formal..... | 173 |
| 3.4. | Princípios processuais..... | 173 |
| 3.4.1. | Devido processo legal..... | 173 |
| 3.4.2. | Contraditório..... | 175 |
| 3.4.2.1. | Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação..... | 175 |
| 3.4.2.2. | Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz..... | 177 |
| 3.4.2.3. | Contraditório como forma de evitar surpresa às partes.. | 178 |
| 3.4.2.4. | Contraditório inútil..... | 180 |
| 3.4.2.5. | Contraditório diferido (ou postecipado)..... | 181 |
| 3.4.3. | Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório)..... | 183 |
| 3.4.4. | Motivação das decisões..... | 184 |
| 3.4.4.1. | Motivação e fundamentação..... | 184 |
| 3.4.4.2. | Justificativas para a exigência da motivação das decisões judiciais..... | 185 |
| 3.4.4.3. | Roteiro para a fundamentação das decisões judiciais..... | 186 |
| 3.4.4.3.1. | Introdução..... | 186 |
| 3.4.4.3.2. | Limitação a indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo..... | 187 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 3.4.4.3.3. | Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais..... | 187 |
| 3.4.4.3.4. | Motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão..... | 189 |
| 3.4.4.3.5. | Fundamentação exauriente x fundamentação suficiente..... | 189 |
| 3.4.4.3.6. | Aplicação de súmula ou precedente como fundamento do decidir..... | 191 |
| 3.4.4.3.7. | Distinção (<i>distinguishing</i>) e superação (<i>overruling</i>) como fundamento para deixar de decidir com fundamento em súmula ou precedente vinculantes..... | 191 |
| 3.4.4.4. | Fundamentação <i>per relationem</i> | 193 |
| 3.4.4.5. | Colisão entre normas..... | 193 |
| 3.4.5. | Isonomia..... | 194 |
| 3.4.6. | Publicidade dos atos processuais..... | 197 |
| 3.4.7. | Princípio da economia processual..... | 200 |
| 3.4.8. | Princípio da instrumentalidade das formas..... | 201 |
| 3.4.9. | Princípio da razoável duração do processo..... | 203 |
| 3.4.10. | Princípio da cooperação..... | 206 |
| 3.4.11. | Princípio da boa-fé e lealdade processual..... | 208 |
| 3.4.12. | Primazia no julgamento do mérito..... | 215 |
| 4. | COMPETÊNCIA..... | 217 |
| 4.1. | Introdução..... | 217 |
| 4.2. | Competência relativa e absoluta..... | 218 |
| 4.2.1. | Competência relativa..... | 219 |
| 4.2.1.1. | Legitimado para arguir a incompetência relativa..... | 219 |
| 4.2.1.2. | Reconhecimento de ofício da incompetência relativa..... | 221 |
| 4.2.1.3. | Momento para alegação da incompetência relativa..... | 223 |
| 4.2.2. | Competência absoluta..... | 224 |
| 4.2.2.1. | Legitimado para arguir a incompetência absoluta..... | 224 |
| 4.2.2.2. | Momento de arguição da incompetência absoluta..... | 224 |
| 4.2.3. | Identities procedimentais..... | 225 |
| 4.2.3.1. | Forma de alegação da incompetência..... | 225 |
| 4.2.3.2. | Reconhecimento da incompetência e atos processuais já praticados..... | 227 |
| 4.3. | Crítérios para fixação da competência..... | 230 |
| 4.4. | Limites da jurisdição nacional..... | 231 |
| 4.4.1. | Introdução – princípio da efetividade..... | 231 |
| 4.4.2. | Competência internacional concorrente e exclusiva..... | 231 |
| 4.4.3. | Litispêndência internacional..... | 233 |
| 4.5. | Espécies de competência..... | 234 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 4.5.1. | Competência territorial..... | 234 |
| 4.5.1.1. | Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 46 do CPC.... | 234 |
| 4.5.1.2. | Direito real imobiliário – art. 47 do CPC | 236 |
| 4.5.1.3. | Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade, impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e ações em que o espólio for réu – art. 48 do CPC | 238 |
| 4.5.1.4. | Réu ausente – art. 49 do CPC..... | 239 |
| 4.5.1.5. | Réu incapaz – art. 50 do CPC..... | 239 |
| 4.5.1.6. | União | 240 |
| 4.5.1.7. | Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF | 241 |
| 4.5.1.8. | Estado ou Distrito Federal | 242 |
| 4.5.1.9. | Ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável – art. 53, I, do CPC..... | 242 |
| 4.5.1.10. | Ação de alimentos – art. 53, II, do CPC..... | 244 |
| 4.5.1.11. | Pessoa jurídica como réu – art. 53, III, “a”, do CPC | 245 |
| 4.5.1.12. | Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 53, III, “b”, do CPC | 245 |
| 4.5.1.13. | Sociedade ou associação que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 53, III, “c”, do CPC..... | 246 |
| 4.5.1.14. | Obrigação a ser cumprida – art. 53, III, “d”, do CPC..... | 246 |
| 4.5.1.15. | Direitos previstos no Estatuto do Idoso (art. 53, III, “e”, do CPC)..... | 246 |
| 4.5.1.16. | Sede da serventia notarial ou de registro..... | 247 |
| 4.5.1.17. | Reparação de dano – art. 53, IV, “a” do CPC..... | 247 |
| 4.5.1.18. | Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 53, IV, “b”, do CPC | 248 |
| 4.5.1.19. | Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 53, V, do CPC..... | 248 |
| 4.5.2. | Competência funcional..... | 249 |
| 4.5.2.1. | Conceito..... | 249 |
| 4.5.2.2. | Competência funcional ou competência territorial absoluta?..... | 250 |
| 4.5.2.2.1. | Art. 47 do CPC – ações reais imobiliárias.... | 251 |
| 4.5.2.2.2. | Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública..... | 251 |
| 4.5.3. | Competência em razão da matéria..... | 252 |
| 4.5.4. | Competência em razão da pessoa..... | 253 |
| 4.5.5. | Competência em razão do valor da causa | 253 |
| 4.5.5.1. | Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995 | 254 |
| 4.5.5.2. | Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001 | 255 |
| 4.5.5.3. | Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009 | 256 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 4.5.5.4. | Foros regionais (distritais)..... | 256 |
| 4.6. | Competência da justiça federal..... | 257 |
| 4.6.1. | Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>)..... | 257 |
| 4.6.1.1. | Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”..... | 257 |
| 4.6.1.1.1. | Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal.. | 257 |
| 4.6.1.1.2. | Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo..... | 258 |
| 4.6.1.1.3. | União e ação de usucapião..... | 259 |
| 4.6.1.1.4. | Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual..... | 260 |
| 4.6.1.1.5. | Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta..... | 261 |
| 4.6.1.2. | Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”..... | 262 |
| 4.6.1.3. | Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”..... | 262 |
| 4.6.2. | Competência em razão da matéria (<i>ratio materiae</i>)..... | 263 |
| 4.6.2.1. | Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”..... | 263 |
| 4.6.2.2. | Inciso X – “(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”..... | 263 |
| 4.6.2.3. | Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”..... | 264 |
| 4.6.2.4. | Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”..... | 264 |
| 4.7. | Prorrogação de competência..... | 265 |
| 4.7.1. | Conceito..... | 265 |
| 4.7.2. | Prorrogação legal..... | 266 |
| 4.7.2.1. | Conexão e continência..... | 266 |
| 4.7.2.1.1. | Conceito..... | 266 |
| 4.7.2.1.2. | Insuficiência do conceito legal de conexão..... | 267 |
| 4.7.2.1.3. | Vantagens e desvantagens da reunião dos processos..... | 269 |
| 4.7.2.1.4. | Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão.... | 271 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 4.7.2.2. | Ausência de alegação de incompetência relativa | 273 |
| 4.7.3. | Prorrogações voluntárias..... | 273 |
| 4.7.3.1. | Eleição de foro..... | 273 |
| 4.7.3.2. | Vontade unilateral do autor..... | 275 |
| 4.8. | Prevenção..... | 275 |
| 4.8.1. | Conceito | 275 |
| 4.8.2. | Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição | 275 |
| 4.9. | Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 43 do CPC..... | 276 |
| 5. | HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS | 279 |
| 5.1. | Introdução | 279 |
| 5.2. | Sucumbência e causalidade | 279 |
| 5.3. | Cabimento de condenação em honorários advocatícios | 281 |
| 5.4. | honorários sucumbenciais recursais | 283 |
| 5.5. | Valor dos honorários sucumbenciais | 287 |
| 5.6. | Condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários sucumbenciais | 289 |
| 5.7. | Sucumbência recíproca..... | 290 |
| 5.8. | Pagamento na pessoa da sociedade de advogados | 291 |
| 5.9. | Termo inicial dos juros | 291 |
| 5.10. | Omissão da condenação em honorários advocatícios em sentença transitada em julgado | 292 |
| 5.11. | Legitimidade para impugnar e executar..... | 293 |
| 5.12. | Direito ao ressarcimento dos honorários contratuais | 295 |
| 6. | GRATUIDADE DE JUSTIÇA | 299 |
| 6.1. | Beneficiários da assistência judiciária..... | 299 |
| 6.2. | Benefício da gratuidade..... | 300 |
| 6.3. | Gratuidade e adiantamento de honorários periciais..... | 302 |
| 6.4. | Concessão parcial de gratuidade e parcelamento..... | 303 |
| 6.5. | Condenação do beneficiário da gratuidade..... | 303 |
| 6.6. | Procedimento..... | 304 |
| 6.6.1. | Forma do pedido de concessão da gratuidade..... | 304 |
| 6.6.2. | Indeferimento do pedido..... | 305 |
| 6.6.3. | Deferimento do pedido..... | 305 |
| 6.6.4. | Impugnação à decisão concessiva do benefício | 306 |
| 6.6.5. | Instrução probatória..... | 306 |
| 6.6.6. | Revogação do benefício | 306 |
| 6.6.7. | Recorribilidade..... | 306 |
| 6.7. | Trânsito em julgado da decisão que revoga a gratuidade..... | 307 |

| | |
|--|------------|
| 7. LITISCONSÓRCIO | 309 |
| 7.1. Conceito..... | 309 |
| 7.2. Hipóteses de cabimento..... | 310 |
| 7.3. Classificação do litisconsórcio..... | 311 |
| 7.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto..... | 311 |
| 7.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente)..... | 311 |
| 7.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo..... | 312 |
| 7.3.4. Litisconsórcio unitário e simples | 313 |
| 7.4. Limitação do litisconsórcio facultativo | 314 |
| 7.4.1. Introdução..... | 314 |
| 7.4.2. Reconhecimento de ofício pelo juiz..... | 314 |
| 7.4.3. Pedido da parte | 315 |
| 7.4.4. Litisconsórcio recusável? | 316 |
| 7.4.5. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo..... | 316 |
| 7.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções..... | 318 |
| 7.6. Litisconsórcio ativo necessário? | 321 |
| 7.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?..... | 324 |
| 7.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário | 325 |
| 7.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo..... | 326 |
| 7.10. Dinâmica entre os litisconsortes..... | 326 |
| 7.10.1. Introdução..... | 326 |
| 7.10.2. Atos de disposição de direito | 327 |
| 7.10.3. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 345, I, do CPC).... | 328 |
| 7.10.4. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 1.005, <i>caput</i> , do CPC)..... | 329 |
| 7.10.5. Produção da prova..... | 330 |
| 7.10.6. A confissão e o litisconsórcio | 330 |
| 7.10.7. Prazo para os litisconsortes..... | 332 |
| 8. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS..... | 337 |
| 8.1. Intervenções típicas e atípicas..... | 337 |
| 8.1.1. Processo/fase de conhecimento..... | 338 |
| 8.1.1.1. Intervenções da Lei 9.469/1997..... | 338 |
| 8.1.1.2. Ação de alimentos..... | 339 |
| 8.1.2. Processo/fase de execução | 343 |
| 8.1.3. Ação probatória autônoma..... | 343 |
| 8.2. Assistência..... | 344 |
| 8.2.1. Introdução..... | 344 |
| 8.2.2. Assistência simples (adesiva)..... | 345 |
| 8.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada)..... | 346 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 8.2.3.1. | Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo ulterior?..... | 347 |
| 8.2.4. | Procedimento da assistência..... | 348 |
| 8.2.5. | Os poderes do assistente simples..... | 350 |
| 8.2.6. | Os poderes do assistente litisconsorcial..... | 352 |
| 8.2.7. | Imutabilidade da justiça da decisão..... | 353 |
| 8.2.8. | Justiça da decisão e coisa julgada..... | 354 |
| 8.3. | Denúnciação da lide..... | 355 |
| 8.3.1. | Conceito..... | 355 |
| 8.3.2. | Hipóteses de cabimento..... | 356 |
| 8.3.2.1. | Denúnciação da lide pelo comprador evicto..... | 357 |
| 8.3.2.2. | Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 125, II, do CPC)..... | 357 |
| 8.3.3. | Facultatividade..... | 359 |
| 8.3.4. | Qualidade processual do denunciado..... | 361 |
| 8.3.5. | Condenação e cumprimento de sentença diretamente contra o denunciado..... | 362 |
| 8.3.6. | Denúnciação sucessiva..... | 364 |
| 8.3.7. | Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor..... | 365 |
| 8.3.8. | Procedimento da denúnciação pelo réu..... | 365 |
| 8.4. | Chamamento ao processo..... | 368 |
| 8.4.1. | Conceito..... | 368 |
| 8.4.2. | Hipóteses de cabimento..... | 370 |
| 8.4.3. | Procedimento..... | 372 |
| 8.4.4. | Chamamento ao processo no direito do consumidor..... | 373 |
| 8.5. | <i>Amicus curiae</i> | 374 |
| 8.5.1. | Introdução..... | 374 |
| 8.5.2. | Interesse institucional..... | 374 |
| 8.5.3. | Requisitos..... | 375 |
| 8.5.4. | Aspectos procedimentais..... | 377 |
| 8.6. | incidente de desconsideração da personalidade jurídica..... | 379 |
| 8.6.1. | Introdução..... | 379 |
| 8.6.2. | Momento..... | 382 |
| 8.6.3. | Procedimento..... | 382 |
| 8.6.4. | Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa)..... | 385 |
| 8.6.5. | Recorribilidade..... | 387 |
| 8.5.6. | Fraude à execução..... | 388 |

9. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E CALENDARIZAÇÃO PROCEDIMENTAL

391

| | | |
|------|----------------------------------|-----|
| 9.1. | Negócio jurídico processual..... | 391 |
|------|----------------------------------|-----|

| | | |
|------------|--|------------|
| 9.1.1. | Espécies de negócios jurídicos processuais | 391 |
| 9.1.2. | Negócios jurídicos processuais típicos..... | 392 |
| 9.1.3. | Cláusula geral de negócios jurídicos processuais | 393 |
| 9.1.4. | Objeto do negócio jurídico processual previsto no art. 190 do CPC | 394 |
| 9.1.4.1. | Introdução | 394 |
| 9.1.4.2. | Acordo procedimental | 395 |
| 9.1.4.3. | Posições processuais..... | 396 |
| 9.1.5. | Momento | 397 |
| 9.1.6. | Requisitos formais..... | 398 |
| 9.1.6.1. | Introdução | 398 |
| 9.1.6.2. | Requisitos formais gerais do negócio jurídico..... | 398 |
| 9.1.6.3. | Direitos que admitam a autocomposição..... | 399 |
| 9.1.6.4. | Nulidade..... | 400 |
| 9.1.6.5. | Inserção abusiva em contrato de adesão | 401 |
| 9.1.6.6. | Vulnerabilidade..... | 402 |
| 9.1.7. | Limites à liberdade das partes..... | 403 |
| 9.1.7.1. | Introdução | 403 |
| 9.1.7.2. | Normas fundamentais do processo..... | 403 |
| 9.1.7.3. | Normas cogentes..... | 405 |
| 9.1.7.4. | Desnecessidade e incapacidade de atingir os objetivos previstos em lei..... | 408 |
| 9.1.8. | Decisão que decreta a invalidade do negócio jurídico processual.... | 408 |
| 9.1.9. | Casuística..... | 409 |
| 9.2. | Calendário procedimental | 410 |
| 9.2.1. | Introdução..... | 410 |
| 9.2.2. | Negócio jurídico plurilateral | 411 |
| 9.2.3. | Momento de definição do calendário | 412 |
| 9.2.4. | Revisão excepcional do calendário | 412 |
| 10. | ATOS PROCESSUAIS..... | 415 |
| 10.1. | Introdução | 416 |
| 10.2. | Da Prática Eletrônica de Atos Processuais..... | 416 |
| 10.2.1. | Introdução..... | 416 |
| 10.2.2. | Atos processuais por meio eletrônico..... | 416 |
| 10.2.3. | Prática eletrônica de atos notariais e de registro..... | 416 |
| 10.2.4. | Garantias dos sistemas de automação processual | 417 |
| 10.2.5. | Publicidade | 417 |
| 10.2.6. | Acesso e participação das partes e de seus procuradores | 418 |
| 10.2.7. | Garantias de natureza técnica | 418 |
| 10.2.8. | Registro do ato processual eletrônico..... | 419 |
| 10.2.9. | Regulamentação da prática e da comunicação oficial de atos pro- cessuais por meio eletrônico..... | 420 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 10.2.10. | Caráter oficial das informações processuais prestada pelos sistemas dos tribunais..... | 420 |
| 10.2.11. | Problemas técnicos e erro ou omissão do auxiliar da justiça responsável pelo registro dos andamentos..... | 421 |
| 10.2.12. | Facilitação no acesso aos autos eletrônicos..... | 421 |
| 10.3. | Dos atos das partes..... | 421 |
| 10.3.1. | Eficácia imediata dos atos processuais..... | 421 |
| 10.3.2. | Direito de exigir recibo..... | 422 |
| 10.3.3. | Cotas marginais ou interlineares..... | 422 |
| 10.4. | Dos Pronunciamentos do Juiz..... | 423 |
| 10.4.1. | Pronunciamentos do juízo de primeiro grau..... | 423 |
| 10.4.1.1. | Sentença..... | 423 |
| 10.4.1.2. | Decisão interlocutória..... | 423 |
| 10.4.1.3. | Despacho..... | 423 |
| 10.4.1.4. | Decisão interlocutória x despacho..... | 424 |
| 10.4.1.5. | Atos ordinatórios..... | 424 |
| 10.4.2. | Pronunciamentos proferidos em tribunal..... | 425 |
| 10.4.2.1. | Acórdão..... | 425 |
| 10.4.3. | Requisitos formais dos pronunciamentos judiciais..... | 425 |
| 10.4.4. | Publicação dos pronunciamentos..... | 426 |
| 10.5. | Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria..... | 426 |
| 10.5.1. | Autuação..... | 426 |
| 10.5.2. | Numeração e rubrica das folhas dos autos..... | 427 |
| 10.5.3. | Termo de juntada, vista e conclusão..... | 427 |
| 10.5.4. | Métodos de registro dos atos processuais..... | 428 |
| 10.5.5. | Formalidades materiais dos atos e termos processuais..... | 428 |
| 10.6. | Do tempo dos atos processuais..... | 429 |
| 10.6.1. | Dias úteis das 06:00 às 20:00..... | 429 |
| 10.6.2. | Momento para a prática eletrônica de ato processual..... | 430 |
| 10.6.3. | Atos praticados durante as férias forenses e feriados..... | 431 |
| 10.7. | Do lugar da prática dos atos processuais..... | 432 |
| 10.8. | Dos prazos..... | 433 |
| 10.8.1. | Espécies de prazos processuais..... | 433 |
| 10.8.2. | Comparecimento em juízo..... | 434 |
| 10.8.3. | Ato praticado antes do início da contagem do prazo..... | 434 |
| 10.8.4. | Contagem do prazo..... | 435 |
| 10.8.5. | Intimação tácita por meio eletrônico..... | 436 |
| 10.8.6. | Suspensão e interrupção do prazo..... | 436 |
| 10.8.7. | Obstáculo criado pela parte contrária..... | 438 |
| 10.8.8. | Foro onde for difícil o transporte..... | 439 |
| 10.8.9. | Vedação à redução de prazo sem a anuência das partes..... | 439 |
| 10.8.10. | Preclusão..... | 440 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 10.8.11. | Extinção do direito de emendar o ato processual..... | 441 |
| 10.8.12. | Contagem do prazo..... | 442 |
| 10.8.13. | Indisponibilidade dos sistemas de informática..... | 442 |
| 10.8.14. | Publicação no diário oficial..... | 443 |
| 10.8.15. | Renúncia ao prazo recursal..... | 443 |
| 10.8.16. | Prazos para o pronunciamento judicial..... | 444 |
| 10.8.17. | Prazos para os serventuários da justiça..... | 444 |
| 10.8.18. | Termo inicial do prazo..... | 446 |
| 10.8.19. | Contagem e fluência do prazo..... | 446 |
| 10.8.20. | Atos da parte..... | 448 |
| 10.8.21. | Atos praticados por carta..... | 448 |
| 10.8.22. | Excesso de prazo pelo serventuário..... | 448 |
| 10.8.23. | Restituição dos autos..... | 449 |
| 10.8.24. | Excesso de prazo pelo magistrado..... | 450 |
| 10.9. | Comunicação dos atos processuais..... | 451 |
| 10.9.1. | Formas de comunicação..... | 451 |
| 10.9.2. | Citação..... | 452 |
| 10.9.3. | Intimação..... | 452 |
| 10.9.3.1. | Conceito..... | 452 |
| 10.9.3.2. | Meios de intimação..... | 452 |
| 10.9.3.3. | Responsável pela intimação..... | 453 |
| 10.9.3.4. | Intimação da Fazenda Pública..... | 454 |
| 10.9.3.5. | Intimação por meio eletrônico..... | 454 |
| 10.9.3.6. | Intimação por publicação no órgão oficial..... | 455 |
| 10.9.3.7. | Intimação em nome da sociedade de advogados..... | 455 |
| 10.9.3.8. | Requisitos formais da publicação (nome da parte, do advogado ou da sociedade)..... | 455 |
| 10.9.3.9. | Publicação em nome de advogado indicado..... | 456 |
| 10.9.3.10. | Retirada dos autos de cartório..... | 457 |
| 10.9.3.11. | Alegação da nulidade..... | 458 |
| 10.9.3.12. | Intimação pessoal do advogado..... | 458 |
| 10.9.3.13. | Intimação pelo correio..... | 458 |
| 10.9.3.14. | Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria..... | 459 |
| 10.9.3.15. | Intimação por oficial de justiça..... | 459 |
| 10.9.3.16. | Intimação ficta..... | 459 |
| 10.9.4. | Cartas..... | 459 |
| 10.9.4.1. | Espécies..... | 459 |
| 10.9.4.2. | Carta de ordem..... | 460 |
| 10.9.4.3. | Carta rogatória..... | 460 |
| 10.9.4.4. | Carta precatória..... | 461 |
| 10.9.4.5. | Carta arbitral..... | 461 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 10.9.4.6. | Requisitos formais..... | 461 |
| 10.9.4.7. | Prazo para cumprimento..... | 463 |
| 10.9.4.8. | Princípio do contraditório..... | 463 |
| 10.9.4.9. | Caráter itinerante | 464 |
| 10.9.4.10. | Transmissão da carta por telefone | 465 |
| 10.9.4.11. | Impulso oficial..... | 465 |
| 10.9.4.12. | Recusa no cumprimento da carta..... | 466 |
| 10.9.4.13. | Devolução da carta..... | 468 |
| 10.10. | Ordem cronológica de julgamento | 469 |
| 10.10.1. | Introdução..... | 469 |
| 10.10.2. | Publicidade | 470 |
| 10.10.3. | Requerimento em processo já incluído na ordem de julgamento.... | 470 |
| 10.10.4. | Exceções à ordem cronológica | 470 |
| 10.10.5. | Dever ou faculdade?..... | 472 |
| 11. | VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS | 475 |
| 11.1. | Introdução | 475 |
| 11.2. | Vício e nulidade..... | 476 |
| 11.3. | Classificação..... | 478 |
| 11.4. | Mera irregularidade..... | 479 |
| 11.5. | Nulidades relativas..... | 479 |
| 11.6. | Nulidade absoluta..... | 481 |
| 11.7. | Inexistência jurídica..... | 483 |
| 11.8. | Efeito expansivo e confinamento das nulidades..... | 484 |
| 12. | TUTELA PROVISÓRIA | 487 |
| 12.1. | Introdução | 487 |
| 12.2. | Disposições gerais da tutela provisória..... | 489 |
| 12.2.1. | Introdução..... | 489 |
| 12.2.2. | Tutela provisória antecedente ou incidental | 489 |
| 12.2.3. | Efetivação da tutela provisória..... | 490 |
| 12.2.4. | Provisoriedade | 492 |
| 12.2.4.1. | Introdução | 492 |
| 12.2.4.2. | Revogação expressa ou tácita | 492 |
| 12.2.4.3. | Tutela provisória e agravo de instrumento | 494 |
| 12.2.4.4. | Fundamento e forma da revogação da tutela provisória | 495 |
| 12.2.4.5. | Tutela cautelar concedida em sentença..... | 497 |
| 12.2.5. | Discricionariedade e fundamentação da decisão..... | 498 |
| 12.2.6. | Competência..... | 499 |
| 12.2.6.1. | Regra de competência | 499 |
| 12.2.6.2. | Críticas ao art. 299, <i>caput</i> , do CPC..... | 499 |
| 12.2.6.3. | Competência e prevenção do juízo..... | 501 |

| | | | |
|-------|---------------|---|-----|
| | 12.2.6.3.1. | Juízo competente e prevenção..... | 501 |
| | 12.2.6.3.2. | Juízo incompetente e prevenção..... | 501 |
| | 12.2.6.4. | Competência em grau recursal e em ação de competência originária de tribunal..... | 502 |
| 12.3. | | Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada..... | 503 |
| | 12.3.1. | Introdução..... | 503 |
| | 12.3.2. | Identities..... | 506 |
| | 12.3.2.1. | Requisitos para concessão..... | 506 |
| | 12.3.2.2. | Caução..... | 507 |
| | 12.3.2.3. | Responsabilidade objetiva..... | 509 |
| | 12.3.2.3.1. | Hipóteses legais de responsabilidade objetiva..... | 510 |
| | 12.3.2.3.1.1 | Sentença desfavorável (art. 302, I, do CPC)..... | 510 |
| | 12.3.2.3.1.2. | Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II, do CPC)..... | 511 |
| | 12.3.2.3.1.3. | Cessaçãoda eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III, do CPC)..... | 511 |
| | 12.3.2.3.1.4. | Sentença de prescrição e decadência (art. 302, IV, do CPC)..... | 511 |
| | 12.3.3. | Liquidação e execução..... | 512 |
| | 12.3.4. | Concessão de ofício..... | 513 |
| | 12.3.5. | Audiência de justificação..... | 513 |
| | 12.3.6. | Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência..... | 514 |
| 12.4. | | Tutela antecipada..... | 515 |
| | 12.4.1. | Objeto da antecipação..... | 515 |
| | 12.4.2. | Processos e procedimentos compatíveis..... | 518 |
| | 12.4.3. | Requisito negativo – irreversibilidade..... | 519 |
| | 12.4.4. | Legitimação..... | 521 |
| | 12.4.5. | Momento da antecipação..... | 523 |
| | 12.4.5.1. | Tutela antecipada requerida em caráter antecedente..... | 523 |
| | 12.4.5.1.1. | Procedimento..... | 523 |
| | 12.4.5.1.2. | Estabilização da tutela antecipada..... | 525 |
| | 12.4.5.1.2.1. | Introdução..... | 525 |
| | 12.4.5.1.2.2. | Estabilização de tutela antecipada ou de tutela provisória?..... | 525 |

| | | | |
|---------|----------------|---|-----|
| | 12.4.5.1.2.3. | Restrição a concessão antecedente de tutela antecipada .. | 526 |
| | 12.4.5.1.2.4. | Tutela antecipada parcial | 527 |
| | 12.4.5.1.2.5. | Recurso do réu | 528 |
| | 12.4.5.1.2.6. | Qual é o recurso previsto no art. 304, <i>caput</i> , do CPC? | 530 |
| | 12.4.5.1.2.7. | Vontade do autor..... | 531 |
| | 12.4.5.1.2.8. | Litisconsórcio e assistência..... | 532 |
| | 12.4.5.1.2.9. | Extinção do processo..... | 533 |
| | 12.4.5.1.2.10. | Inexistência de coisa julgada. | 533 |
| | 12.4.5.1.2.11. | Ação no prazo de 2 anos | 534 |
| | 12.4.5.1.2.12. | Ação rescisória | 535 |
| | 12.4.5.2. | Tutela antecipada requerida em caráter incidental..... | 536 |
| | 12.4.5.2.1. | Introdução..... | 536 |
| | 12.4.5.2.2. | <i>Inaudita altera parte</i> | 536 |
| 12.4.6. | | Sentença..... | 538 |
| 12.4.7. | | Fase recursal..... | 540 |
| 12.4.8. | | Tutela antecipada contra a Fazenda Pública | 542 |
| 12.5. | | Tutela cautelar..... | 545 |
| | 12.5.1. | Autonomia | 545 |
| 12.5.2. | | Sumariedade..... | 546 |
| 12.5.3. | | Instrumentalidade | 547 |
| 12.5.4. | | Cautelares típicas e generalidade da tutela cautelar..... | 548 |
| 12.5.5. | | Tutela cautelar requerida em caráter antecedente | 550 |
| | 12.5.5.1. | Introdução | 550 |
| | 12.5.5.2. | Procedimento | 550 |
| | 12.5.5.2.1. | Petição inicial | 550 |
| | 12.5.5.2.2. | Contraditório na demanda cautelar..... | 552 |
| | 12.5.5.2.3. | Revelia..... | 552 |
| | 12.5.5.2.4. | Instrução probatória..... | 553 |
| | 12.5.5.2.5. | Sentença | 553 |
| 12.5.6. | | Coisa julgada material..... | 554 |
| 12.5.7. | | Pedido cautelar e pedido principal..... | 556 |
| | 12.5.7.1. | Concessão e efetivação da tutela | 556 |
| | 12.5.7.2. | Elaboração do pedido principal mesmo diante da não concessão ou não efetivação..... | 559 |
| 12.5.8. | | Cessação da eficácia da tutela cautelar..... | 560 |
| | 12.5.8.1. | Não dedução do pedido principal no prazo legal (art. 309, I, do CPC)..... | 560 |
| | 12.5.8.2. | Ausência de efetivação da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 309, II, do CPC)..... | 560 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 12.5.8.3. | Improcedência do pedido principal ou extinção terminativa do processo (art. 309, III, do CPC)..... | 561 |
| 12.6. | Tutela da evidência..... | 562 |
| 12.6.1. | Introdução..... | 562 |
| 12.6.2. | Hipóteses de cabimento..... | 562 |
| 12.6.2.1. | Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu..... | 562 |
| 12.6.2.2. | Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores..... | 564 |
| 12.6.2.3. | Prova documental em ação reipersecutória..... | 566 |
| 12.6.2.4. | Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz..... | 566 |
| 12.6.3. | Procedimento..... | 567 |
| 12.6.4. | Tutela da evidência atípica..... | 567 |
| 13. | FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO..... | 569 |
| 13.1. | Formação do processo..... | 569 |
| 13.1.1. | Formação gradual da relação jurídica processual..... | 569 |
| 13.1.2. | Momento da propositura da ação..... | 570 |
| 13.1.3. | Litispendência..... | 570 |
| 13.2. | Suspensão do processo..... | 571 |
| 13.2.1. | Suspensão do procedimento..... | 571 |
| 13.2.2. | Suspensão própria e imprópria..... | 571 |
| 13.2.3. | Decisão de suspensão do processo..... | 572 |
| 13.2.4. | Impugnabilidade da decisão de suspensão do processo..... | 572 |
| 13.2.5. | Morte ou perda da capacidade processual da parte..... | 573 |
| 13.2.6. | Dissolução de sociedade..... | 574 |
| 13.2.7. | Morte ou perda de capacidade processual do representante legal.. | 574 |
| 13.2.8. | Morte ou perda de capacidade processual do advogado..... | 575 |
| 13.2.9. | Convenção das partes..... | 576 |
| 13.2.10. | Arguição de impedimento ou de suspeição..... | 577 |
| 13.2.11. | Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas..... | 577 |
| 13.2.12. | Prejudicialidade..... | 578 |
| 13.2.13. | Necessidade de verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada para outro juízo..... | 579 |
| 13.2.14. | Força maior..... | 580 |
| 13.2.15. | Acidentes e fatos da navegação de competência do tribunal marítimo..... | 580 |
| 13.2.16. | Demais casos regulados pelo Código de Processo Civil..... | 581 |
| 13.2.17. | Pelo parto ou adoção..... | 581 |
| 13.2.18. | Pela paternidade..... | 582 |
| 13.2.19. | Prazo de suspensão..... | 582 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 13.2.20. | Vedação à prática de atos processuais durante a suspensão do processo | 583 |
| 13.2.21. | Arguição de suspeição e impedimento do juiz..... | 583 |
| 13.2.22. | Verificação da existência de fato delituoso pela justiça criminal..... | 584 |
| 13.3. | Extinção do processo | 585 |
| 13.3.1. | Extinção do processo..... | 585 |
| 13.3.2. | Impropriedade do termo “extinção parcial do processo”..... | 585 |
| 13.3.3. | Princípio da cooperação e extinção do processo por sentença terminativa | 585 |
| 13.3.4. | Reconhecimento jurídico do pedido..... | 586 |
| 14. | PETIÇÃO INICIAL | 587 |
| 14.1. | Introdução | 587 |
| 14.2. | Requisitos estruturais da petição inicial..... | 588 |
| 14.2.1. | Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial..... | 588 |
| 14.2.2. | Indicação das partes e sua qualificação | 589 |
| 14.2.3. | Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido..... | 591 |
| 14.2.4. | Pedido..... | 591 |
| 14.2.5. | Valor da causa | 592 |
| 14.2.6. | Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados | 594 |
| 14.2.7. | Opção do autor quanto à realização da audiência de conciliação ou de mediação | 595 |
| 14.3. | Documentos indispensáveis à propositura da demanda..... | 596 |
| 15. | POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL..... | 599 |
| 15.1. | Introdução | 599 |
| 15.2. | Emenda da petição inicial..... | 599 |
| 15.3. | Indeferimento da petição inicial..... | 603 |
| 15.3.1. | Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação..... | 603 |
| 15.3.2. | Hipóteses de indeferimento da petição inicial | 606 |
| 15.3.2.1. | Inépcia da petição inicial | 606 |
| 15.3.2.2. | Manifesta ilegitimidade de parte..... | 606 |
| 15.3.2.3. | Falta de interesse de agir..... | 607 |
| 15.3.2.4. | Ausência de emenda da petição inicial..... | 607 |
| 15.4. | Julgamento liminar de improcedência | 607 |
| 15.4.1. | Introdução..... | 607 |
| 15.4.2. | Requisitos para o julgamento de improcedência liminar..... | 609 |
| 15.4.3. | Conduta do juiz | 611 |
| 15.4.4. | Julgamento parcial de improcedência liminar?..... | 612 |
| 15.4.5. | Julgamento da apelação pelo tribunal..... | 613 |
| 15.5. | Citação | 615 |

| | | |
|---------------|--|------------|
| 15.5.1. | Conceito | 615 |
| 15.5.2. | Efeitos da citação | 616 |
| 15.5.2.1. | Efeitos processuais | 617 |
| 15.5.2.1.1. | Indução à litispendência | 617 |
| 15.5.2.1.2. | Estabilização da demanda | 617 |
| 15.5.2.2. | Efeitos materiais | 618 |
| 15.5.2.2.1. | Tornar a coisa litigiosa | 618 |
| 15.5.2.2.2. | Constituição em mora do devedor | 619 |
| 15.5.2.2.3. | Interrupção da prescrição | 620 |
| 15.5.3. | Modalidades de citação | 621 |
| 15.5.3.1. | Correio | 621 |
| 15.5.3.2. | Oficial de justiça | 623 |
| 15.5.3.3. | Edital | 625 |
| 15.5.3.4. | Meio eletrônico | 628 |
| 15.5.3.5. | Comparecimento do réu em cartório | 630 |
| 16. | AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO | 631 |
| 16.1. | Citação do réu para comparecimento à audiência de conciliação ou de mediação | 631 |
| 16.2. | CONCILIADOR E MEDIADOR | 632 |
| 16.3. | Número de sessões | 633 |
| 16.4. | Intimação do autor | 634 |
| 16.5. | Desinteresse das partes na realização da audiência | 635 |
| 16.6. | Não realização de audiência quando o direito material não admitir autocomposição | 637 |
| 16.7. | Outras hipóteses de dispensa da audiência | 637 |
| 16.8. | Desinteresse na realização da audiência e litisconsórcio | 638 |
| 16.9. | Ato atentatório à dignidade da justiça | 638 |
| 16.10. | Presença de advogado ou defensor público | 639 |
| 16.11. | Representante com poderes para negociar e transigir | 640 |
| 16.12. | Redução a termo da homologação por "sentença" | 640 |
| 16.13. | Pauta | 640 |
| 17. | RESPOSTAS DO RÉU | 641 |
| 17.1. | Introdução | 641 |
| 17.2. | Contestação | 642 |
| 17.2.1. | Prazo | 642 |
| 17.2.2. | Matérias de defesa | 644 |
| 17.2.2.1. | Defesas processuais | 644 |
| 17.2.2.1.1. | Defesas dilatórias | 644 |
| 17.2.2.1.1.1. | Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do CPC) ... | 644 |

| | | | |
|-------|------------------|---|-----|
| | 17.2.2.1.1.2. | Incompetência do juízo (art. 337, II, do CPC)..... | 645 |
| | 17.2.2.1.1.3. | Conexão/continência (art. 337, VIII, do CPC)..... | 647 |
| | 17.2.2.1.2. | Defesas peremptórias..... | 647 |
| | 17.2.2.1.2.1. | Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do CPC)..... | 647 |
| | 17.2.2.1.2.2. | Perempção (art. 337, V, do CPC)..... | 648 |
| | 17.2.2.1.2.3. | Litispêndência (art. 337, VI, do CPC)..... | 649 |
| | 17.2.2.1.2.4. | Coisa julgada (art. 337, VII, do CPC)..... | 649 |
| | 17.2.2.1.2.5. | Convenção de arbitragem (art. 337, X, do CPC)..... | 649 |
| | 17.2.2.1.2.6. | Carência da ação por falta de interesse de agir e ilegitimidade (art. 337, XI, do CPC)..... | 650 |
| | 17.2.2.1.3. | Defesas dilatórias potencialmente peremptórias..... | 650 |
| | 17.2.2.1.3.1. | Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do CPC)..... | 650 |
| | 17.2.2.1.3.2. | Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do CPC)..... | 651 |
| | 17.2.2.1.3.3. | Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do CPC)..... | 651 |
| | 17.2.2.1.3.4. | Carência de ação por ilegitimidade de parte (art. 337, XI do CPC)..... | 653 |
| | 17.2.2.1.3.5. | Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do CPC)..... | 656 |
| | 17.2.2.2. | Defesas de mérito..... | 656 |
| | 17.2.2.2.1. | Defesa de mérito direta..... | 656 |
| | 17.2.2.2.2. | Defesa de mérito indireta..... | 657 |
| | 17.2.3. | Princípio da impugnação específica dos fatos..... | 658 |
| | 17.2.4. | Princípio da eventualidade..... | 659 |
| 17.3. | Reconvenção..... | | 660 |
| | 17.3.1. | Conceito..... | 660 |
| | 17.3.2. | Condições da ação..... | 661 |
| | 17.3.2.1. | Legitimidade de parte..... | 661 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 17.3.2.2. | Interesse de agir..... | 663 |
| 17.3.3. | Pressupostos processuais..... | 664 |
| 17.3.4. | Procedimento..... | 665 |
| 18. | REVELIA | 669 |
| 18.1. | Conceito..... | 669 |
| 18.2. | Efeitos | 670 |
| 18.2.1. | Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros | 670 |
| 18.2.2. | Desnecessidade de intimação do réu revel | 674 |
| 18.2.3. | Julgamento antecipado do mérito | 675 |
| 18.3. | Modificação objetiva da demanda..... | 676 |
| 18.4. | Ingresso do réu revel no processo..... | 677 |
| 18.4.1. | Participação do réu revel no procedimento probatório..... | 678 |
| 18.4.1.1. | Provas causais..... | 678 |
| 18.4.1.2. | Provas pré-constituídas..... | 679 |
| 19. | PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO | 681 |
| 19.1. | Providências preliminares..... | 681 |
| 19.2. | Julgamento conforme o estado do processo..... | 682 |
| 19.2.1. | Introdução..... | 682 |
| 19.2.2. | Extinção do processo sem a resolução do mérito..... | 683 |
| 19.2.3. | Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 487, II e III, do CPC | 684 |
| 19.2.4. | Julgamento antecipado do mérito..... | 685 |
| 19.2.5. | Julgamento antecipado parcial do mérito..... | 687 |
| 19.2.6. | Saneamento e organização do processo..... | 689 |
| 20. | AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO..... | 695 |
| 20.1. | Introdução | 695 |
| 20.2. | Procedimento..... | 697 |
| 20.2.1. | Abertura e pregão das partes..... | 697 |
| 20.2.2. | Conciliação (tentativa de autocomposição) | 698 |
| 20.2.3. | Fixação dos pontos controvertidos | 699 |
| 20.2.4. | Esclarecimentos do perito | 700 |
| 20.2.5. | Depoimento pessoal..... | 701 |
| 20.2.6. | Oitiva das testemunhas..... | 701 |
| 20.2.7. | Debates orais..... | 701 |
| 20.2.8. | Prolação da sentença | 702 |
| 20.3. | Audiência una e contínua..... | 702 |
| 20.4. | Adiamento da audiência..... | 703 |
| 21. | PROVAS..... | 707 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 21.1. | Teoria geral das provas..... | 707 |
| 21.1.1. | Conceito de prova..... | 707 |
| 21.1.2. | Espécies de prova..... | 708 |
| 21.1.3. | A verdade possível e a verossimilhança..... | 709 |
| 21.1.4. | A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”..... | 710 |
| 21.1.5. | Direito à prova no processo civil..... | 712 |
| 21.1.6. | Objeto da prova..... | 713 |
| 21.1.6.1. | Exclusão do objeto de prova (art. 374 do CPC)..... | 713 |
| 21.1.6.2. | Relevância e pertinência..... | 714 |
| 21.1.6.3. | Fatos notórios..... | 714 |
| 21.1.6.4. | Fatos confessados..... | 715 |
| 21.1.6.5. | Ausência de controvérsia..... | 716 |
| 21.1.6.6. | Presunção..... | 716 |
| 21.1.6.7. | Prova do direito (art. 376 do CPC)..... | 718 |
| 21.1.7. | Ônus da prova..... | 718 |
| 21.1.7.1. | Regras de distribuição do ônus da prova..... | 719 |
| 21.1.7.2. | Inversão do ônus da prova..... | 721 |
| 21.1.7.3. | Momento de inversão do ônus da prova..... | 723 |
| 21.1.7.4. | Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais..... | 725 |
| 21.1.8. | A produção da prova de ofício (“poder” instrutório do juiz)..... | 726 |
| 21.1.9. | Preclusões para o juiz na atividade probatória..... | 728 |
| 21.1.10. | Valoração da prova..... | 729 |
| 21.1.11. | Prova emprestada..... | 732 |
| 21.1.12. | Prova ilícita..... | 735 |
| 21.1.12.1. | Proibição constitucional às provas ilícitas..... | 736 |
| 21.1.13. | Provas atípicas..... | 738 |
| 21.1.14. | Ação probatória autônoma..... | 739 |
| 21.1.14.1. | Introdução..... | 739 |
| 21.1.14.2. | Cabimento..... | 739 |
| 21.1.14.3. | Competência..... | 741 |
| 21.1.14.4. | Procedimento..... | 742 |
| 21.2. | Provas em espécie..... | 746 |
| 21.2.1. | Ata notarial..... | 746 |
| 21.2.1.1. | Introdução..... | 746 |
| 21.2.1.2. | Cabimento..... | 747 |
| 21.2.1.3. | Procedimento..... | 747 |
| 21.2.2. | Depoimento pessoal..... | 748 |
| 21.2.2.1. | Conceito..... | 748 |
| 21.2.2.2. | Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal..... | 749 |
| 21.2.2.3. | Consequências do depoimento pessoal..... | 750 |
| 21.2.2.4. | Procedimento..... | 752 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 21.2.3. | Da confissão..... | 754 |
| 21.2.3.1. | Conceito..... | 754 |
| 21.2.3.2. | Espécies de confissão..... | 755 |
| 21.2.3.3. | Indivisibilidade da confissão..... | 757 |
| 21.2.3.4. | Invalidação da confissão..... | 757 |
| 21.2.4. | Da exibição de documento ou coisa..... | 758 |
| 21.2.4.1. | Conceito..... | 758 |
| 21.2.4.2. | Aspectos procedimentais comuns..... | 760 |
| 21.2.4.3. | Procedimento contra a parte contrária..... | 761 |
| 21.2.4.4. | Procedimento contra terceiro..... | 764 |
| 21.2.5. | Da prova documental..... | 765 |
| 21.2.5.1. | Conceito..... | 765 |
| 21.2.5.2. | Documento público e sua força probante..... | 766 |
| 21.2.5.3. | Documento particular e sua força probante..... | 767 |
| 21.2.5.4. | Arguição de falsidade documental..... | 769 |
| | 21.2.5.4.1. Natureza jurídica e objeto..... | 769 |
| | 21.2.5.4.2. Procedimento..... | 770 |
| 21.2.5.5. | Produção da prova documental..... | 772 |
| 21.2.6. | Da prova testemunhal..... | 774 |
| 21.2.6.1. | Conceito..... | 774 |
| 21.2.6.2. | Cabimento..... | 774 |
| 21.2.6.3. | Sujeitos que podem testemunhar..... | 776 |
| 21.2.6.4. | Direitos e deveres da testemunha..... | 777 |
| 21.2.6.5. | Produção da prova testemunhal..... | 780 |
| 21.2.7. | Da prova pericial..... | 784 |
| 21.2.7.1. | Conceito e espécies..... | 784 |
| 21.2.7.2. | Cabimento..... | 785 |
| 21.2.7.3. | Procedimento..... | 786 |
| | 21.2.7.3.1. Indicação do perito..... | 786 |
| | 21.2.7.3.2. Escusa do perito..... | 789 |
| | 21.2.7.3.3. Prova pericial complexa..... | 789 |
| | 21.2.7.3.4. Substituição do perito..... | 790 |
| | 21.2.7.3.5. Atos preparatórios..... | 791 |
| | 21.2.7.3.6. Intimação prévia das partes..... | 793 |
| | 21.2.7.3.7. Apresentação do laudo..... | 793 |
| 21.2.7.4. | Prova pericial e audiência de instrução e julgamento..... | 796 |
| 21.2.7.5. | Segunda perícia..... | 797 |
| 21.2.7.6. | Princípio da persuasão racional e a prova pericial..... | 797 |
| 21.2.8. | Da inspeção judicial..... | 798 |
| 21.2.8.1. | Conceito..... | 798 |
| 21.2.8.2. | Procedimento..... | 799 |

| | |
|--|------------|
| 22. SENTENÇA | 801 |
| 22.1. Conceito legal de sentença | 801 |
| 22.2. Classificação das sentenças | 804 |
| 22.2.1. Conteúdo da sentença..... | 804 |
| 22.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária | 804 |
| 22.2.1.2. Sentença meramente declaratória..... | 805 |
| 22.2.1.3. Sentença constitutiva..... | 808 |
| 22.2.1.4. Sentença condenatória..... | 809 |
| 22.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i> | 809 |
| 22.2.1.6. Sentença mandamental | 810 |
| 22.2.2. Resolução de mérito..... | 811 |
| 22.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 485 do CPC)..... | 811 |
| 22.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial | 811 |
| 22.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes | 811 |
| 22.2.2.1.3. Abandono do processo..... | 813 |
| 22.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo | 814 |
| 22.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência..... | 814 |
| 22.2.2.1.6. Carência da ação..... | 815 |
| 22.2.2.1.7. Convenção de arbitragem..... | 815 |
| 22.2.2.1.8. Desistência da ação | 816 |
| 22.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis..... | 817 |
| 22.2.2.1.10. Repositura da ação | 818 |
| 22.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 487 do CPC)..... | 820 |
| 22.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido..... | 821 |
| 22.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido..... | 821 |
| 22.2.2.2.3. Transação..... | 822 |
| 22.2.2.2.4. Prescrição e decadência..... | 822 |
| 22.2.2.2.5. Renúncia..... | 822 |
| 22.3. Elementos da sentença..... | 823 |
| 22.3.1. Relatório..... | 823 |
| 22.3.2. Fundamentação..... | 824 |
| 22.3.3. Dispositivo..... | 825 |
| 22.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença..... | 826 |
| 22.4. Sentença líquida..... | 826 |
| 22.5. Princípio da congruência | 827 |
| 22.5.1. Conceito | 827 |
| 22.5.2. Exceções ao princípio da congruência..... | 829 |
| 22.6. Sentença <i>extra petita</i> | 830 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 22.6.1. | Conceito | 830 |
| 22.6.2. | Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i> | 831 |
| 22.7. | Sentença <i>ultra petita</i> | 832 |
| 22.7.1. | Conceito | 832 |
| 22.7.2. | Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i> | 833 |
| 22.8. | Sentença <i>citra petita (infra petita)</i> | 833 |
| 22.8.1. | Conceito | 833 |
| 22.8.2. | Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i> | 835 |
| 22.9. | Situação fática no momento da prolação da sentença | 837 |
| 22.10. | Modificação da sentença pelo juízo sentenciante | 838 |
| 22.11. | Ações que tenham como objeto obrigação de fazer e não fazer | 839 |
| 22.12. | Capítulos de sentença | 839 |
| 23. | LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA | 841 |
| 23.1. | Natureza jurídica da liquidação | 841 |
| 23.2. | Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis | 841 |
| 23.3. | Títulos que podem ser objeto de liquidação | 843 |
| 23.4. | Vedação à sentença ilíquida | 843 |
| 23.5. | Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo | 844 |
| 23.6. | Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença? | 845 |
| 23.7. | Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada | 847 |
| 23.8. | Liquidação como forma de frustração da execução | 848 |
| 23.9. | Natureza jurídica da liquidação | 851 |
| 23.10. | Legitimidade ativa | 852 |
| 23.11. | Competência | 853 |
| 23.12. | Regra da fidelidade ao título executivo (art. 509, § 4º, do CPC) | 853 |
| 23.13. | Espécies de liquidação | 855 |
| 23.13.1. | Introdução | 855 |
| 23.13.2. | Liquidação por arbitramento | 855 |
| 23.13.2.1. | Cabimento | 855 |
| 23.13.2.2. | Procedimento | 856 |
| 23.13.3. | Liquidação pelo procedimento comum | 857 |
| 24. | COISA JULGADA | 861 |
| 24.1. | Coisa julgada formal e coisa julgada material | 861 |
| 24.2. | Coisa julgada total e parcial | 862 |
| 24.3. | Conceito e natureza jurídica | 863 |
| 24.4. | Função negativa da coisa julgada | 865 |
| 24.5. | Função positiva da coisa julgada | 866 |
| 24.6. | Limites objetivos da coisa julgada | 868 |
| 24.7. | Limites subjetivos da coisa julgada | 874 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 24.8. | Eficácia preclusiva da coisa julgada..... | 879 |
| 24.9. | Coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado..... | 880 |
| 24.10. | Relativização da coisa julgada..... | 881 |
| 24.10.1. | Introdução..... | 881 |
| 24.10.2. | Coisa julgada inconstitucional..... | 881 |
| 24.10.3. | Coisa julgada injusta inconstitucional..... | 886 |
| 24.11. | Coisa julgada secundum <i>eventum probationis</i> | 890 |
| 24.12. | Coisa julgada secundum <i>eventum litis</i> | 894 |
| 25. | CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO | 897 |
| 25.1. | Introdução..... | 897 |
| 25.2. | Consignação extrajudicial..... | 897 |
| 25.3. | Competência..... | 899 |
| 25.4. | Legitimidade..... | 900 |
| 25.5. | Objeto da demanda consignatória..... | 901 |
| 25.6. | Procedimento..... | 902 |
| 25.7. | Complementação do depósito..... | 905 |
| 25.8. | Consignação de prestações sucessivas..... | 906 |
| 25.9. | Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito.. | 907 |
| 25.10. | Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios..... | 908 |
| 26. | AÇÃO DE EXIGIR CONTAS..... | 911 |
| 26.1. | Introdução..... | 911 |
| 26.2. | Legitimidade..... | 912 |
| 26.3. | Natureza dúplice..... | 913 |
| 26.4. | Competência..... | 914 |
| 26.5. | Procedimento..... | 914 |
| 27. | AÇÕES POSSESSÓRIAS..... | 919 |
| 27.1. | Proteção possessória..... | 919 |
| 27.2. | Fungibilidade..... | 920 |
| 27.3. | Ação dúplice?..... | 921 |
| 27.4. | Competência..... | 922 |
| 27.5. | Legitimação..... | 923 |
| 27.6. | Exceção de domínio..... | 924 |
| 27.7. | Cumulação de pedidos..... | 925 |
| 27.8. | Procedimento..... | 926 |
| 27.8.1. | Reintegração e manutenção de posse..... | 926 |
| 27.8.2. | Interdito proibitório..... | 931 |
| 27.8.3. | Especialidades procedimentais no litígio coletivo pela posse..... | 931 |

| | |
|--|------------|
| 28. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS | 933 |
| 28.1. Introdução | 933 |
| 28.2. Procedimento da ação de demarcação..... | 935 |
| 28.3. Procedimento da ação de divisão..... | 936 |
| 29. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE..... | 939 |
| 29.1. Introdução | 939 |
| 29.2. Pretensões veiculáveis..... | 940 |
| 29.3. Legitimidade ativa..... | 941 |
| 29.4. Legitimidade passiva..... | 943 |
| 29.5. Procedimento | 944 |
| 30. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA | 947 |
| 30.1. Introdução | 947 |
| 30.2. Inventário negativo | 948 |
| 30.3. Competência e universalidade do foro sucessório..... | 949 |
| 30.4. Questões que dependam de prova não documental..... | 949 |
| 30.5. Administrador provisório..... | 950 |
| 30.6. Inventariante..... | 951 |
| 30.7. Arrolamento sumário..... | 953 |
| 30.8. Arrolamento comum..... | 956 |
| 30.9. Procedimento do inventário..... | 956 |
| 30.10. Colação | 962 |
| 30.11. Sonegação..... | 963 |
| 30.12. Pagamento das dívidas | 964 |
| 30.13. Herdeiro preterido..... | 965 |
| 30.14. Partilha | 966 |
| 31. EMBARGOS DE TERCEIRO | 973 |
| 31.1. Conceito | 973 |
| 31.2. Legitimação | 974 |
| 31.2.1. Legitimidade ativa – a condição de “terceiro”..... | 974 |
| 31.2.2. Legitimação passiva..... | 978 |
| 31.3. Competência..... | 979 |
| 31.4. Prazo para propositura dos embargos de terceiro..... | 980 |
| 31.5. Procedimento | 981 |
| 32. OPOSIÇÃO | 985 |
| 32.1. Objeto e natureza jurídica..... | 985 |
| 32.2. Procedimento..... | 986 |

| | |
|---|-------------|
| 33. AÇÃO DE HABILITAÇÃO | 989 |
| 33.1. Introdução | 989 |
| 33.2. Procedimento | 990 |
| 34. AÇÕES DE FAMÍLIA | 993 |
| 34.1. Cabimento | 993 |
| 34.2. Incentivo às formas consensuais do conflito | 993 |
| 34.3. Audiência de mediação e conciliação | 994 |
| 34.4. Ministério Público | 996 |
| 34.5. Depoimento pessoal do incapaz | 996 |
| 35. AÇÃO MONITÓRIA..... | 997 |
| 35.1. Conceito | 997 |
| 35.2. Natureza Jurídica | 998 |
| 35.3. Admissibilidade | 999 |
| 35.4. Fazenda Pública e ação monitória | 1002 |
| 35.5. Incapaz e ação monitória | 1003 |
| 35.6. Propositura da monitória | 1004 |
| 35.7. Citação do réu | 1006 |
| 35.8. Posturas do réu | 1007 |
| 35.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório | 1008 |
| 35.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente | 1009 |
| 35.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material | 1010 |
| 35.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória | 1012 |
| 35.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento | 1012 |
| 35.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório | 1015 |
| 35.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório | 1017 |
| 35.16. Fase de cumprimento de sentença | 1020 |
| 36. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL | 1023 |
| 36.1. Introdução | 1023 |
| 36.2. Natureza Jurídica | 1024 |
| 36.3. Homologação Extrajudicial | 1024 |
| 36.4. Penhor legal e autotutela | 1025 |
| 36.5. Procedimento | 1027 |
| 37. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA | 1031 |
| 37.1. Declaração de abertura de avaria grossa | 1031 |
| 37.2. Oferecimento de garantias | 1031 |

| | | |
|------------|---|-------------|
| 37.3. | Impugnação à declaração de abertura de avaria grossa | 1032 |
| 37.4. | Levantamento de valores para o pagamento das despesas da alienação..... | 1032 |
| 37.5. | Apresentação de documentos..... | 1033 |
| 37.6. | Apresentação do regulamento de avaria grossa..... | 1033 |
| 37.7. | Impugnação | 1033 |
| 37.8. | Sentença “homologatória”..... | 1034 |
| 37.9. | Regulador e perito judicial..... | 1034 |
| 38. | AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS..... | 1035 |
| 38.1. | Introdução | 1035 |
| 38.2. | Legitimidade | 1036 |
| 38.3. | Competência | 1036 |
| 38.4. | Procedimento | 1037 |
| 39. | FORMAS EXECUTIVAS | 1041 |
| 39.1. | Introdução | 1041 |
| 39.2. | Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva..... | 1041 |
| 39.3. | Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta) | 1044 |
| 40. | PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO | 1049 |
| 40.1. | Introdução | 1049 |
| 40.2. | <i>Nulla executio sine titulo</i> | 1049 |
| 40.3. | Patrimonialidade..... | 1051 |
| 40.4. | Desfecho único | 1052 |
| 40.5. | Disponibilidade da execução | 1053 |
| 40.6. | Utilidade..... | 1056 |
| 40.7. | Menor onerosidade..... | 1056 |
| 40.8. | Lealdade e boa-fé processual | 1058 |
| 40.9. | Contraditório..... | 1061 |
| 40.10. | Atipicidade dos meios executivos | 1062 |
| 41. | SUJEITOS PROCESSUAIS NA EXECUÇÃO | 1067 |
| 41.1. | Introdução | 1067 |
| 41.2. | Diferentes espécies de legitimidade na execução..... | 1068 |
| 41.2.1. | Polo ativo..... | 1068 |
| 41.2.2. | Polo passivo | 1069 |
| 41.3. | Legitimação ativa..... | 1069 |
| 41.3.1. | Credor a quem a lei confere título executivo..... | 1069 |
| 41.3.2. | Legitimidade do Ministério Público | 1070 |
| 41.3.3. | Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores | 1072 |
| 41.3.4. | Legitimidade do cessionário e do sub-rogado | 1073 |

| | | |
|------------|--|-------------|
| 41.4. | Legitimidade passiva..... | 1074 |
| 41.4.1. | Sujeito que figura no título como devedor..... | 1074 |
| 41.4.2. | Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores..... | 1074 |
| 41.4.3. | Novo devedor..... | 1075 |
| 41.4.4. | Fiador..... | 1075 |
| 41.4.5. | Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito..... | 1077 |
| 41.4.6. | Responsável tributário..... | 1078 |
| 41.4.7. | Legitimidade do responsável secundário..... | 1079 |
| 41.5. | Intervenção de terceiros na execução..... | 1081 |
| 41.5.1. | Intervenções típicas..... | 1081 |
| 41.5.2. | Intervenções atípicas..... | 1083 |
| 42. | COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO..... | 1085 |
| 42.1. | Competência do cumprimento de sentença (título executivo judicial)..... | 1085 |
| 42.1.1. | Introdução..... | 1085 |
| 42.1.2. | Competência executiva dos tribunais..... | 1085 |
| 42.1.3. | Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição..... | 1086 |
| 42.1.3.1. | Exceções à regra do art. 516, II, do CPC..... | 1088 |
| 42.1.3.2. | Trâmite dos autos entre diferentes juízos..... | 1089 |
| 42.1.3.3. | A regra do art. 516, parágrafo único, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i> | 1090 |
| 42.1.4. | Competência para o cumprimento de sentença arbitral, penal condenatória, decisão homologatória de sentença estrangeira e acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo..... | 1091 |
| 42.2. | Competência do processo de execução (título executivo extrajudicial)..... | 1092 |
| 43. | TÍTULO EXECUTIVO..... | 1095 |
| 43.1. | Introdução..... | 1095 |
| 43.2. | Requisitos formais da obrigação exequenda..... | 1097 |
| 43.3. | Títulos executivos judiciais..... | 1098 |
| 43.3.1. | Sentença proferida no processo civil que reconheça a exigibilidade de uma obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa..... | 1098 |
| 43.3.2. | Decisão homologatória de autocomposição judicial..... | 1103 |
| 43.3.3. | Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza..... | 1104 |
| 43.3.4. | Formal e certidão de partilha..... | 1105 |
| 43.3.5. | Crédito de auxiliar da justiça quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial..... | 1106 |
| 43.3.6. | Sentença penal condenatória transitada em julgado..... | 1106 |
| 43.3.7. | Sentença arbitral..... | 1109 |

| | | |
|------------|--|-------------|
| 43.3.8. | Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça..... | 1110 |
| 43.3.9. | Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça..... | 1112 |
| 43.4. | Títulos executivos extrajudiciais..... | 1112 |
| 43.4.1. | Introdução..... | 1112 |
| 43.4.2. | Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque.. | 1113 |
| 43.4.3. | Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor..... | 1114 |
| 43.4.4. | Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas..... | 1114 |
| 43.4.5. | Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal..... | 1115 |
| 43.4.6. | Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução..... | 1116 |
| 43.4.7. | Contrato de seguro de vida em caso de morte..... | 1116 |
| 43.4.8. | Crédito decorrente de foro e laudêmio..... | 1117 |
| 43.4.9. | Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio..... | 1118 |
| 43.4.10. | Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, território e município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei..... | 1118 |
| 43.4.11. | Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em convenção de condomínio ou aprovadas em assembleia-geral, desde que documentalmente comprovadas..... | 1119 |
| 43.4.12. | Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei..... | 1120 |
| 43.4.13. | Todos os demais títulos, aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva..... | 1121 |
| 44. | RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL..... | 1123 |
| 44.1. | Obrigações e responsabilidades patrimoniais..... | 1123 |
| 44.2. | Inexistência de responsabilidade pessoal..... | 1124 |
| 44.3. | Bens que respondem pela satisfação na execução..... | 1125 |
| 44.4. | Impenhorabilidade de bens..... | 1126 |
| 44.4.1. | Patrimônio mínimo e dignidade humana..... | 1126 |
| 44.4.2. | As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro | 1127 |
| 44.4.2.1. | Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do CPC)..... | 1128 |
| 44.4.2.2. | Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 833, II, do CPC)..... | 1129 |

| | | |
|------------|---|-------------|
| 44.4.2.3. | Vestuários e pertencentes de uso pessoal (art. 833, III, do CPC)..... | 1130 |
| 44.4.2.4. | Ganhos aptos a manter a subsistência do executado (art. 833, IV, do CPC) | 1131 |
| 44.4.2.5. | Bens necessários ou úteis ao exercício profissional (art. 833, V, do CPC)..... | 1136 |
| 44.4.2.6. | Seguro de vida (art. 833, VI, do CPC)..... | 1139 |
| 44.4.2.7. | Materiais necessários para obras em andamento (art. 833, VII, do CPC)..... | 1139 |
| 44.4.2.8. | Pequena propriedade rural trabalhada pela família (art. 833, VIII, do CPC)..... | 1139 |
| 44.4.2.9. | Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social (art. 833, IX, do CPC)..... | 1140 |
| 44.4.2.10. | Valores depositados em caderneta de poupança (art. 833, X, do CPC)..... | 1141 |
| 44.4.2.11. | Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político (art. 833, XI, do CPC) | 1142 |
| 44.4.2.12. | Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do CPC)..... | 1143 |
| 44.5. | Responsabilidade patrimonial de imóvel submetido ao regime do direito de superfície..... | 1143 |
| 44.6. | Responsabilidade patrimonial secundária..... | 1144 |
| 44.6.1. | Bens do sucessor a título singular..... | 1144 |
| 44.6.2. | Bens do sócio, nos termos da lei..... | 1145 |
| 44.6.3. | Bens do devedor, ainda que em poder de terceiros..... | 1146 |
| 44.6.4. | Bens do cônjuge e do companheiro, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação, respondem pela dívida..... | 1147 |
| 44.6.5. | Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução..... | 1151 |
| 44.6.6. | Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores | 1151 |
| 44.6.7. | Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica | 1152 |
| 44.7. | Fraudes do devedor..... | 1153 |
| 44.7.1. | Fraude contra credores..... | 1153 |
| 44.7.2. | Fraude à execução..... | 1156 |
| 45. | CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA..... | 1163 |
| 45.1. | Conceito..... | 1163 |
| 45.2. | Caução na execução provisória..... | 1164 |
| 45.2.1. | Função | 1164 |
| 45.2.2. | Natureza jurídica..... | 1165 |

| | | |
|------------|---|-------------|
| 45.2.3. | Requisitos formais..... | 1166 |
| 45.2.4. | Momento de prestação da caução..... | 1167 |
| 45.2.5. | Atuação de ofício?..... | 1167 |
| 45.3. | Dispensa da caução..... | 1168 |
| 45.4. | Responsabilidade objetiva do exequente..... | 1171 |
| 45.5. | Formalização dos autos da execução provisória..... | 1172 |
| 45.6. | Cabimento de multa pelo não pagamento..... | 1173 |
| 45.7. | Execução provisória contra a Fazenda Pública..... | 1174 |
| 45.8. | Honorários advocatícios..... | 1175 |
| 46. | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER..... | 1177 |
| 46.1. | Introdução..... | 1177 |
| 46.2. | Aspectos procedimentais..... | 1178 |
| 46.3. | Tutela específica e conversão em perdas e danos..... | 1179 |
| 46.3.1. | Vontade do exequente..... | 1179 |
| 46.3.2. | Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente..... | 1181 |
| 46.3.3. | Onerosidade excessiva..... | 1181 |
| 46.3.4. | Procedimento da conversão em perdas e danos..... | 1182 |
| 46.4. | Atipicidade das formas executivas..... | 1182 |
| 46.4.1. | Prisão civil..... | 1183 |
| 46.5. | Multa coercitiva..... | 1185 |
| 46.5.1. | Introdução..... | 1185 |
| 46.5.2. | Valor da multa..... | 1186 |
| 46.5.3. | Beneficiado pela multa..... | 1187 |
| 46.5.4. | Fazenda Pública em juízo..... | 1188 |
| 46.5.5. | Alteração do valor e periodicidade da multa..... | 1188 |
| 46.5.6. | Exigibilidade da multa..... | 1192 |
| 46.5.7. | Termo inicial da multa e intimação do devedor..... | 1194 |
| 47. | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA..... | 1195 |
| 47.1. | Introdução..... | 1195 |
| 47.2. | Aspectos procedimentais..... | 1196 |
| 48. | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA..... | 1197 |
| 48.1. | Introdução..... | 1197 |
| 48.2. | Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença..... | 1197 |
| 48.3. | Requerimento inicial..... | 1198 |
| 48.4. | Aparente excesso dos cálculos..... | 1200 |

| | | |
|------------|---|-------------|
| 48.5. | Intimação do executado | 1202 |
| 48.6. | Cumprimento da obrigação | 1203 |
| 48.7. | Não pagamento no prazo de 15 dias | 1204 |
| 48.7.1. | Introdução..... | 1204 |
| 48.7.2. | Fixação de honorários advocatícios | 1205 |
| 48.7.3. | Aplicação de multa de 10% sobre o valor exequendo | 1206 |
| 48.7.4. | Protesto extrajudicial da sentença | 1208 |
| 48.7.5. | Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.... | 1208 |
| 48.7.6. | Expedição do mandado de penhora e avaliação | 1208 |
| 48.7.7. | Termo inicial da contagem de prazo para impugnação..... | 1209 |
| 49. | PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER | 1211 |
| 49.1. | Introdução | 1211 |
| 49.2. | Execução das obrigações de fazer | 1212 |
| 49.3. | Execução das obrigações de não fazer..... | 1216 |
| 50. | PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA | 1219 |
| 50.1. | Execução de entrega de coisa certa..... | 1219 |
| 50.2. | Execução de entrega de coisa incerta | 1222 |
| 51. | PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA | 1225 |
| 51.1. | Início do processo de execução..... | 1225 |
| 51.1.1. | Petição inicial | 1225 |
| 51.1.2. | Averbação da execução | 1230 |
| 51.1.3. | Pronunciamento que determina a citação do executado | 1233 |
| 51.1.4. | Não localização do executado e de seus bens | 1234 |
| 51.1.5. | Arresto executivo..... | 1235 |
| 51.1.6. | Posturas do executado citado..... | 1236 |
| 51.2. | Pagamento parcelado | 1238 |
| 51.2.1. | Introdução..... | 1238 |
| 51.2.2. | Pagamento parcelado: moratória legal?..... | 1239 |
| 51.2.3. | Requisitos formais..... | 1240 |
| 51.2.4. | Procedimento | 1242 |
| 51.2.5. | Inadimplemento das parcelas | 1243 |
| 51.3. | Penhora..... | 1243 |
| 51.3.1. | Definição e efeitos..... | 1243 |
| 51.3.2. | Ordem legal da penhora..... | 1246 |
| 51.3.3. | Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito | 1249 |
| 51.3.3.1. | Depósito do bem penhorado..... | 1249 |
| 51.3.3.2. | Intimação da penhora..... | 1249 |
| 51.3.4. | Do lugar de realização da penhora | 1250 |
| 51.3.5. | Penhora de dinheiro pelo sistema BacenJud (on-line)..... | 1251 |

| | | |
|------------|--|------|
| 51.3.6. | Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora..... | 1257 |
| 51.3.7. | Procedimento da penhora..... | 1259 |
| 51.3.8. | Substituição do bem penhorado..... | 1261 |
| 51.3.9. | Penhoras especiais | 1263 |
| 51.4. | Avaliação..... | 1270 |
| 51.5. | Formas de expropriação..... | 1273 |
| 51.5.1. | Introdução..... | 1273 |
| 51.5.2. | Adjudicação | 1273 |
| 51.5.2.1. | Introdução | 1273 |
| 51.5.2.2. | Novo sistema de adjudicação..... | 1274 |
| 51.5.2.3. | Momento da adjudicação | 1275 |
| 51.5.2.4. | Intimação do executado..... | 1276 |
| 51.5.2.5. | Valor da adjudicação..... | 1276 |
| 51.5.2.6. | Legitimados a adjudicar..... | 1277 |
| 51.5.2.7. | Concurso de pretendentes à adjudicação..... | 1278 |
| 51.5.2.8. | Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar | 1280 |
| 51.5.2.9 | Auto de adjudicação..... | 1281 |
| 51.5.2.10. | Adjudicação provisória..... | 1282 |
| 51.6. | Alienação por iniciativa particular..... | 1282 |
| 51.6.1. | Introdução..... | 1282 |
| 51.6.2. | Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido..... | 1283 |
| 51.6.3. | Alienação por corretor ou leiloeiro público credenciado perante a autoridade judiciária..... | 1283 |
| 51.6.4. | Requisitos para a alienação..... | 1285 |
| 51.7. | Arrematação..... | 1286 |
| 51.7.1. | Introdução..... | 1286 |
| 51.7.2. | Requisitos formais do leilão judicial | 1287 |
| 51.7.3. | Publicidade do edital..... | 1289 |
| 51.7.4. | Comunicações do leilão judicial | 1291 |
| 51.7.5. | Realização do leilão judicial | 1293 |
| 51.7.6. | Leilão judicial por meio eletrônico..... | 1294 |
| 51.7.7. | Legitimados a arrematar | 1295 |
| 51.7.8. | Procedimento do leilão judicial | 1296 |
| 51.7.9. | Arrematação viciada..... | 1300 |
| 51.7.10. | Alienação antecipada | 1302 |
| 51.8. | Entrega de dinheiro ao credor..... | 1303 |

52. EXECUÇÕES ESPECIAIS..... 1307

| | | |
|---------|--|------|
| 52.1. | EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA..... | 1307 |
| 52.1.1. | Introdução..... | 1307 |
| 52.1.2. | Forma executiva..... | 1309 |

| | | |
|---------------|---|------|
| 52.1.2.1.1. | Introdução..... | 1309 |
| 52.1.2.1.1. | Procedimento..... | 1310 |
| 52.1.2.1.1.1. | Introdução..... | 1310 |
| 52.1.2.1.1.2. | Diferentes procedimentos..... | 1311 |
| 52.1.2.1.1.3. | Execução por sub-rogação..... | 1312 |
| 52.1.2.1.1.4. | Execução indireta – Protesto. | 1313 |
| 52.1.2.1.1.5. | Execução indireta – Prisão civil..... | 1314 |
| 52.2. | Execução contra a fazenda pública..... | 1319 |
| 52.2.1. | Introdução..... | 1319 |
| 52.2.2. | Forma executiva..... | 1321 |
| 52.2.3. | Procedimento..... | 1321 |
| 52.2.3.1. | Cumprimento de sentença..... | 1321 |
| 52.2.3.2. | Processo de execução..... | 1323 |
| 52.2.4. | Regime dos precatórios..... | 1324 |
| 52.2.5. | Compensação em favor da Fazenda Pública..... | 1326 |
| 52.2.6. | Emenda Constitucional 62/2009 (a EC do calote)..... | 1327 |
| 52.2.7. | Dispensa de precatório..... | 1329 |
| 52.2.8. | Preterição no pagamento..... | 1330 |

53. DEFESAS DO EXECUTADO 1333

| | | |
|-----------|--|------|
| 53.1. | Introdução..... | 1333 |
| 53.2. | Embargos à execução..... | 1333 |
| 53.2.1. | Natureza jurídica dos embargos..... | 1333 |
| 53.2.2. | Garantia do juízo..... | 1334 |
| 53.2.3. | Prazo dos embargos..... | 1335 |
| 53.2.4. | Competência..... | 1337 |
| 53.2.5. | Rejeição liminar dos embargos..... | 1338 |
| 53.2.5.1. | Intempestividade dos embargos..... | 1338 |
| 53.2.5.2. | Indeferimento da petição inicial..... | 1340 |
| 53.2.5.3. | Julgamento liminar de improcedência..... | 1340 |
| 53.2.5.4. | Embargos manifestamente protelatórios..... | 1341 |
| 53.2.6. | Efeito suspensivo..... | 1342 |
| 53.2.6.1. | Requisitos..... | 1342 |
| 53.2.6.2. | Ausência de preclusão judicial..... | 1345 |
| 53.2.6.3. | Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo..... | 1346 |
| 53.2.6.4. | Suspensão parcial do processo..... | 1347 |
| 53.2.7. | Procedimento dos embargos à execução..... | 1348 |
| 53.2.7.1. | Início do procedimento..... | 1348 |
| 53.2.7.2. | Revelia..... | 1349 |
| 53.2.7.3. | Outras reações..... | 1350 |
| 53.2.7.4. | Decisão dos embargos..... | 1351 |

| | | |
|-------------|---|-------------|
| 53.2.7.5. | Matérias que podem ser objeto de embargos à execução | 1353 |
| 53.2.7.5.1. | Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação | 1353 |
| 53.2.7.5.2. | Penhora incorreta ou avaliação errônea..... | 1354 |
| 53.2.7.5.3. | Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções..... | 1355 |
| 53.2.7.5.4. | Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa | 1359 |
| 53.2.7.5.5. | Incompetência absoluta ou relativa | 1360 |
| 53.3. | Impugnação | 1360 |
| 53.3.1. | Natureza jurídica | 1360 |
| 53.3.2. | Matérias alegáveis em sede de impugnação..... | 1361 |
| 53.3.2.1. | Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia..... | 1361 |
| 53.3.2.2. | Ilegitimidade de parte..... | 1362 |
| 53.3.2.3. | Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação | 1362 |
| 53.3.2.4. | Penhora incorreta ou avaliação errônea..... | 1363 |
| 53.3.2.5. | Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções | 1363 |
| 53.3.2.6. | Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução | 1363 |
| 53.3.2.7. | Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença..... | 1364 |
| 53.3.3. | Procedimento..... | 1364 |
| 53.4. | Exceção e objeção de pré-executividade..... | 1368 |
| 53.4.1. | Análise histórica | 1368 |
| 53.4.2. | Problemas de terminologia..... | 1369 |
| 53.4.3. | Defesa executiva atípica..... | 1370 |
| 53.4.4. | Requisitos para a admissão da exceção de pré-executividade e objeção..... | 1370 |
| 53.4.5. | Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade | 1372 |
| 53.4.6. | Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade..... | 1374 |
| 54. | SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO..... | 1377 |
| 54.1 | Introdução | 1377 |
| 54.2 | Suspensão da execução | 1377 |
| 54.2.1. | Causas gerais de suspensão..... | 1377 |
| 54.2.2. | Defesa típica do executado | 1379 |
| 54.2.3. | Não localização de bens e prescrição intercorrente | 1379 |
| 54.2.4. | Ausência de interessados na aquisição do bem penhorado..... | 1382 |
| 54.2.5. | Moratória legal | 1382 |
| 54.3. | Extinção da execução..... | 1382 |

| | |
|--|-------------|
| 55. PRECEDENTES JUDICIAIS..... | 1385 |
| 55.1. Precedente, decisão, jurisprudência e súmula | 1385 |
| 55.2. Jurisprudência estável, íntegra e coerente | 1388 |
| 55.2.1. Introdução..... | 1388 |
| 55.2.2. Dever de uniformização da jurisprudência..... | 1388 |
| 55.2.3. Jurisprudência estável..... | 1390 |
| 55.2.4. Jurisprudência íntegra..... | 1390 |
| 55.2.5. Jurisprudência coerente | 1391 |
| 55.3. (In)Constitucionalidade do art. 927 do CPC | 1391 |
| 55.4. Eficácia vinculante..... | 1392 |
| 55.4.1. Introdução..... | 1392 |
| 55.4.2. Controle concentrado de constitucionalidade..... | 1395 |
| 55.4.3. Enunciados de Súmulas Vinculantes | 1396 |
| 55.4.4. Precedentes criados em julgamento de casos repetitivos e no incidente de assunção de competência..... | 1397 |
| 55.4.5. Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional..... | 1397 |
| 55.4.6. Orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados | 1398 |
| 55.4.7. Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da novidade legislativa | 1398 |
| 55.4.8. Cabimento de reclamação | 1399 |
| 55.5. Precedente brasileiro e precedents na tradição da <i>common law</i> | 1401 |
| 55.6. <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i> | 1402 |
| 55.7. Fundamentação..... | 1404 |
| 55.8. Divulgação..... | 1405 |
| 55.9. Distinção (<i>distinguishing</i>) | 1405 |
| 55.10. Superação da tese jurídica (<i>overruling</i>)..... | 1407 |
| 55.10.1. Introdução..... | 1407 |
| 55.10.2. Motivos para superação | 1407 |
| 55.10.3. Fundamentação da decisão de superação | 1409 |
| 55.10.4. Modulação dos efeitos da superação..... | 1409 |
| 55.10.5. Procedimento..... | 1411 |
| 56. ORDEM DOS PROCESSOS E RECURSOS NO TRIBUNAL..... | 1413 |
| 56.1. Distribuição | 1413 |
| 56.2. Prevenção..... | 1414 |
| 56.3. Poderes do relator..... | 1415 |
| 56.3.1. Introdução..... | 1415 |
| 56.3.2. Direção do processo..... | 1416 |
| 56.3.3. Tutela provisória..... | 1417 |
| 56.3.4. Inadmissibilidade recursal..... | 1417 |

| | | |
|------------|---|-------------|
| 56.3.5. | Decisão monocrática que nega provimento..... | 1418 |
| 56.3.6. | Decisão monocrática que dá provimento..... | 1418 |
| 56.3.7. | Vedação de julgamento monocrático do recurso..... | 1419 |
| 56.3.8. | Julgamento monocrático do reexame necessário e dos processos de competência originária | 1420 |
| 56.3.9. | Demais incumbências..... | 1420 |
| 56.3.10. | Oportunidade de saneamento de vícios..... | 1420 |
| 56.4. | Fato superveniente..... | 1421 |
| 56.5. | Ordem no julgamento..... | 1422 |
| 56.6. | Sustentação oral..... | 1423 |
| 56.7. | Matérias conhecíveis de ofício..... | 1425 |
| 56.8. | Formalidades do acórdão..... | 1426 |
| 56.9. | Julgamento virtual..... | 1426 |
| 56.10. | Técnica de julgamento substitutiva dos embargos infringentes..... | 1427 |
| 56.11. | Saneamento de vício | 1429 |
| 57. | INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA | 1433 |
| 57.1. | Cabimento..... | 1433 |
| 57.2. | Procedimento | 1436 |
| 57.3. | O que afinal é julgado quando o incidente de assunção de competência é admitido?..... | 1437 |
| 57.4. | Microsistema de formação de precedentes vinculantes | 1439 |
| 58. | DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE | 1441 |
| 58.1. | Controle de constitucionalidade..... | 1441 |
| 58.2. | Legitimidade ativa e momento de suscitação..... | 1442 |
| 58.3. | Instauração do incidente | 1442 |
| 58.4. | Rejeição e admissão do incidente pelo órgão fracionário..... | 1443 |
| 58.5. | Não cabimento do incidente..... | 1444 |
| 58.6. | Procedimento perante o plenário ou órgão especial..... | 1445 |
| 58.7. | Julgamento | 1445 |
| 59. | CONFLITO DE COMPETÊNCIA..... | 1447 |
| 59.1. | Conceito..... | 1447 |
| 59.2. | Legitimidade | 1449 |
| 59.3. | Competência para o julgamento do conflito..... | 1449 |
| 59.4. | Procedimento..... | 1450 |
| 60. | HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA | 1453 |
| 60.1. | Introdução | 1453 |
| 60.2. | Ação constitutiva necessária?..... | 1453 |
| 60.3. | Forma processual de homologação..... | 1454 |

| | | |
|------------|---|-------------|
| 60.4. | Decisão interlocutória estrangeira | 1455 |
| 60.5. | Homologação de sentença arbitral | 1455 |
| 60.6. | Eficácia em território nacional..... | 1455 |
| 60.7. | Decisão estrangeira não judicial | 1456 |
| 60.8. | Homologação parcial..... | 1456 |
| 60.9. | Tutela de urgência..... | 1456 |
| 60.10. | Execução fiscal..... | 1457 |
| 60.11. | Decisão estrangeira de divórcio consensual | 1457 |
| 60.12. | Decisão estrangeira concessiva de medida de urgência | 1458 |
| 60.13. | Tutela da evidência..... | 1459 |
| 60.14. | Requisitos indispensáveis para a homologação da decisão..... | 1459 |
| 60.15. | Competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira..... | 1460 |
| 60.16. | Competência para a execução | 1461 |
| 61. | AÇÃO RESCISÓRIA | 1463 |
| 61.1. | Natureza jurídica | 1463 |
| 61.2. | Conceito de rescindibilidade..... | 1464 |
| 61.3. | Objeto da rescisão..... | 1464 |
| 61.3.1. | Decisão de mérito..... | 1464 |
| 61.3.2. | Decisão que não é de mérito..... | 1466 |
| 61.4. | Hipóteses de cabimento | 1468 |
| 61.4.1. | Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz..... | 1468 |
| 61.4.2. | Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo | 1469 |
| 61.4.3. | Dolo ou coação da parte vencedora e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei | 1469 |
| 61.4.4. | Ofensa à coisa julgada | 1470 |
| 61.4.5. | Violação manifesta de norma jurídica | 1471 |
| 61.4.6. | Prova falsa..... | 1473 |
| 61.4.7. | Obtenção de documento novo..... | 1475 |
| 61.4.8. | Erro de fato | 1477 |
| 61.5. | fundamento para invalidar sentença homologatória de mérito..... | 1478 |
| 61.6. | Legitimidade | 1479 |
| 61.7. | Competência..... | 1482 |
| 61.8. | Prazo..... | 1484 |
| 61.8.1. | Prazo e termo inicial gerais..... | 1484 |
| 61.8.2. | Termos iniciais diferenciados..... | 1486 |
| 61.9. | Ação rescisória e cumprimento executivo do julgado..... | 1487 |
| 61.10. | Procedimento | 1488 |
| 61.10.1. | Petição inicial | 1488 |
| 61.10.2. | Reações do juiz diante da petição inicial | 1491 |
| 61.10.3. | Resposta do réu..... | 1491 |
| 61.10.4. | Atividade saneadora..... | 1492 |

| | |
|---|-------------|
| 61.10.5. Fase probatória | 1493 |
| 61.10.6. Manifestações finais..... | 1493 |
| 61.10.7. Julgamento..... | 1494 |
| 62. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS..... | 1495 |
| 62.1. Cabimento..... | 1495 |
| 62.2. Legitimidade para requerer a instauração do incidente..... | 1498 |
| 62.3. Competência..... | 1500 |
| 62.4. Divulgação..... | 1502 |
| 62.5. Sujeitos com legitimidade para participar do incidente | 1503 |
| 62.6. Instauração..... | 1504 |
| 62.7. Admissão do incidente..... | 1504 |
| 62.8. Poderes do relator..... | 1508 |
| 62.9. Julgamento e seus efeitos | 1510 |
| 62.10. Julgamento do IRDR e do recurso, reexame necessário e ação de competência originária do tribunal | 1512 |
| 62.11. Juizados Especiais..... | 1514 |
| 62.12. Desistência ou abandono do processo | 1515 |
| 62.13. Recursos..... | 1516 |
| 63. RECLAMAÇÃO | 1521 |
| 63.1. Natureza jurídica | 1521 |
| 63.2. Cabimento..... | 1524 |
| 63.2.1. Forma de preservação da competência do tribunal..... | 1525 |
| 63.2.2. Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal..... | 1525 |
| 63.2.3. Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade..... | 1528 |
| 63.2.4. Forma de garantir a observância de súmula vinculante..... | 1529 |
| 63.2.5. Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência | 1531 |
| 63.2.6. Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo..... | 1532 |
| 63.3. Procedimento | 1533 |
| 63.3.1. Introdução..... | 1533 |
| 63.3.2. Petição inicial | 1534 |
| 63.3.3. Prazo..... | 1536 |
| 63.3.4. Posturas do relator ao receber a reclamação constitucional | 1537 |
| 63.3.5. Reações dos interessados..... | 1538 |
| 63.3.6. Julgamento..... | 1540 |
| 64. CONCEITO DE RECURSO E SUCEDÂNEOS RECURSAIS | 1543 |
| 64.1. INTRODUÇÃO | 1543 |

| | | |
|------------|--|-------------|
| 64.1.1. | Sucedâneos recursais internos..... | 1545 |
| 64.1.1.1. | Reexame necessário..... | 1545 |
| 64.1.1.2. | Correição parcial..... | 1550 |
| 64.1.1.3. | Pedido de reconsideração..... | 1551 |
| 64.1.1.4. | Impugnação e embargos à execução..... | 1552 |
| 64.1.2. | Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação)..... | 1552 |
| 64.1.2.1. | Generalidades..... | 1552 |
| 64.1.2.2. | Mandado de segurança contra ato judicial..... | 1553 |
| 65. | CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS | 1557 |
| 65.1. | Introdução..... | 1557 |
| 65.2. | Objeto imediato do recurso | 1557 |
| 65.3. | Fundamentação recursal (causa de pedir)..... | 1558 |
| 65.4. | Abrangência da matéria impugnada..... | 1559 |
| 65.5. | Independência ou subordinação..... | 1560 |
| 66. | EFEITOS RECURSAIS | 1565 |
| 66.1. | Introdução..... | 1565 |
| 66.2. | Efeito obstativo..... | 1565 |
| 66.3. | Efeito devolutivo..... | 1566 |
| 66.4. | Efeito suspensivo..... | 1569 |
| 66.5. | Efeito translativo..... | 1574 |
| 66.6. | Efeito expansivo..... | 1577 |
| 66.7. | Efeito substitutivo..... | 1578 |
| 66.8. | Efeito regressivo | 1579 |
| 66.9. | Efeito diferido | 1579 |
| 67. | PRINCÍPIOS RECURSAIS | 1581 |
| 67.1. | Duplo grau de jurisdição..... | 1581 |
| 67.1.1. | Conceito..... | 1581 |
| 67.1.2. | Vantagens do duplo grau de jurisdição..... | 1583 |
| 67.1.3. | Desvantagens do duplo grau de jurisdição..... | 1584 |
| 67.1.4. | O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?..... | 1584 |
| 67.2. | Taxatividade (legalidade)..... | 1586 |
| 67.3. | Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade)..... | 1587 |
| 67.4. | Voluntariedade..... | 1591 |
| 67.5. | Dialeticidade..... | 1592 |
| 67.6. | Fungibilidade..... | 1593 |
| 67.6.1. | Dúvida fundada a respeito do recurso cabível..... | 1596 |
| 67.6.2. | Inexistência de erro grosseiro..... | 1597 |
| 67.6.3. | Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor..... | 1598 |

| | | |
|------------|--|-------------|
| 67.7. | Proibição da <i>reformatio in pejus</i> | 1599 |
| 67.8. | Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias..... | 1602 |
| 67.9. | Complementaridade..... | 1603 |
| 67.10. | Consumação..... | 1604 |
| 67.11. | Primazia do julgamento do mérito recursal..... | 1605 |
| 68. | JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE..... | 1609 |
| 68.1. | Introdução..... | 1609 |
| 68.2. | Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal..... | 1611 |
| 68.2.1. | Cabimento..... | 1611 |
| 68.2.2. | Legitimidade recursal..... | 1613 |
| 68.2.2.1. | Partes..... | 1613 |
| 68.2.2.2. | Terceiro prejudicado..... | 1615 |
| 68.2.2.3. | Ministério Público..... | 1616 |
| 68.2.3. | Interesse recursal..... | 1617 |
| 68.2.3.1. | Necessidade..... | 1617 |
| 68.2.3.2. | Adequação..... | 1623 |
| 68.2.4. | Inexistência de ato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.... | 1623 |
| 68.2.4.1. | Desistência..... | 1623 |
| 68.2.4.2. | Renúncia..... | 1626 |
| 68.2.4.3. | Aquiescência..... | 1626 |
| 68.3. | Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal..... | 1627 |
| 68.3.1. | Tempestividade..... | 1627 |
| 68.3.2. | Preparo..... | 1634 |
| 68.3.3. | Regularidade formal..... | 1638 |
| 69. | JUÍZO DE MÉRITO..... | 1641 |
| 69.1. | Introdução..... | 1641 |
| 69.2. | Causa de pedir: <i>error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i> | 1641 |
| 69.3. | Pedido..... | 1642 |
| 69.4. | Esclarecimento e integração..... | 1643 |
| 70. | APELAÇÃO..... | 1645 |
| 70.1. | Cabimento..... | 1645 |
| 70.2. | Objeto da impugnação..... | 1646 |
| 70.3. | Procedimento..... | 1650 |
| 70.3.1. | Introdução..... | 1650 |
| 70.3.2. | Procedimento no 1.º grau de jurisdição..... | 1652 |
| 70.3.3. | Procedimento no tribunal de segundo grau..... | 1654 |
| 70.4. | Novas questões de fato..... | 1654 |
| 70.5. | Julgamento imediato do mérito da ação pelo tribunal no julgamento da apelação..... | 1656 |

| | | |
|------------|--|-------------|
| 70.5.1. | Introdução..... | 1656 |
| 70.5.2. | Teoria da causa madura..... | 1657 |
| 70.5.3. | Hipóteses de novo julgamento do mérito da ação pelo tribunal..... | 1660 |
| 71. | AGRAVO..... | 1663 |
| 71.1. | Introdução..... | 1663 |
| 71.2. | Agravo de instrumento..... | 1664 |
| 71.2.1. | Cabimento..... | 1664 |
| 71.2.2. | Instrução do agravo de instrumento – peças processuais..... | 1676 |
| 71.2.2.1. | Peças obrigatórias..... | 1678 |
| 71.2.2.2. | Peças facultativas..... | 1679 |
| 71.2.2.3. | Peças essenciais..... | 1680 |
| 71.2.3. | Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau..... | 1681 |
| 71.2.4. | Procedimento..... | 1683 |
| 71.2.4.1. | Propositura..... | 1683 |
| 71.2.4.2. | Distribuição..... | 1684 |
| 71.2.4.3. | Negativa de seguimento liminar..... | 1684 |
| 71.2.4.4. | Tutela de urgência..... | 1685 |
| 71.2.4.5. | Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões..... | 1687 |
| 71.2.4.6. | Oitiva do Ministério Público..... | 1689 |
| 71.2.4.7. | Julgamento do agravo..... | 1689 |
| 71.2.4.8. | Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença..... | 1690 |
| 71.3. | Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau..... | 1692 |
| 71.3.1. | Agravo interno..... | 1692 |
| 71.3.1.1. | Cabimento..... | 1692 |
| 71.3.1.2. | Procedimento..... | 1693 |
| 71.3.2. | Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário..... | 1699 |
| 72. | EMBARGOS DE DECLARAÇÃO..... | 1703 |
| 72.1. | Natureza jurídica..... | 1703 |
| 72.2. | Cabimento..... | 1705 |
| 72.2.1. | Pronunciamentos recorríveis..... | 1705 |
| 72.2.2. | Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração..... | 1706 |
| 72.3. | Procedimento..... | 1709 |
| 72.4. | Efeito interruptivo dos embargos de declaração..... | 1712 |
| 72.4.1. | Embargos de declaração intempestivos..... | 1713 |
| 72.4.2. | Reiteração abusiva de embargos de declaração manifestamente protelatórios..... | 1713 |
| 72.5. | Embargos de declaração – intempestividade ante tempus..... | 1714 |
| 72.6. | Manifesto caráter protelatório..... | 1715 |

| | | |
|------------|---|-------------|
| 72.7. | Embargos de declaração atípicos..... | 1717 |
| 72.7.1. | Embargos de declaração com efeito modificativo..... | 1718 |
| 72.7.2. | Embargos de declaração com efeitos infringentes..... | 1719 |
| 73. | RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL | 1721 |
| 73.1. | Introdução | 1721 |
| 73.2. | Cabimento..... | 1724 |
| 73.2.1. | Processos internacionais | 1724 |
| 73.2.2. | Recurso ordinário em mandado de segurança | 1725 |
| 73.2.3. | Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção..... | 1725 |
| 74. | RECURSO ESPECIAL | 1727 |
| 74.1. | Hipóteses de cabimento | 1727 |
| 74.1.1. | Pressupostos cumulativos | 1727 |
| 74.1.1.1. | Decisão de única ou última instância..... | 1727 |
| 74.1.1.2. | Decisão proferida por tribunal | 1728 |
| 74.1.1.3. | Prequestionamento..... | 1731 |
| 74.1.2. | Pressupostos alternativos..... | 1733 |
| 74.1.2.1. | Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal..... | 1733 |
| 74.1.2.2. | Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal | 1734 |
| 74.1.2.3. | Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal..... | 1735 |
| 75. | RECURSO EXTRAORDINÁRIO | 1737 |
| 75.1. | Hipóteses de cabimento | 1737 |
| 75.1.1. | Pressupostos cumulativos | 1737 |
| 75.1.1.1. | Decisão de única ou última instância..... | 1737 |
| 75.1.1.2. | Prequestionamento..... | 1738 |
| 75.1.1.3. | Repercussão geral | 1740 |
| 75.1.2. | Requisitos específicos..... | 1748 |
| 75.1.2.1. | Decisão que contrariar dispositivo constitucional..... | 1748 |
| 75.1.2.2. | Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal..... | 1749 |
| 75.1.2.3. | Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal..... | 1749 |
| 75.1.2.4. | Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal | 1750 |
| 76. | ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL..... | 1751 |
| 76.1. | Procedimento | 1751 |
| 76.2. | Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito | 1756 |

| | | |
|------------|--|-------------|
| 76.3. | Efeitos dos recursos federais..... | 1758 |
| 76.3.1. | Efeito devolutivo..... | 1758 |
| 76.3.2. | Efeito suspensivo..... | 1760 |
| 76.4. | Julgamento por amostragem..... | 1761 |
| 76.4.1. | Cabimento..... | 1761 |
| 76.4.2. | Instauração..... | 1762 |
| 76.4.3. | Suspensão dos processos que versem sobre a mesma controvérsia jurídica..... | 1764 |
| 76.4.4. | Procedimento..... | 1768 |
| 76.4.5. | Eficácia <i>ultra partes</i> e vinculante do julgamento..... | 1770 |
| 77. | EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA..... | 1775 |
| 77.1. | Introdução..... | 1775 |
| 77.2. | Cabimento..... | 1775 |
| 77.2.1. | Acórdão embargado..... | 1778 |
| 77.2.2. | Acórdão paradigma..... | 1779 |
| 77.3. | Procedimento..... | 1780 |
| 78. | LIVRO COMPLEMENTAR DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS | 1781 |
| 78.1. | <i>Vacatio legis</i> | 1781 |
| 78.2. | Aplicação imediata..... | 1782 |
| 78.3. | Procedimento sumário e procedimentos especiais..... | 1783 |
| 78.4. | Direito probatório..... | 1784 |
| 78.5. | Direito de preferência..... | 1785 |
| 78.6. | Procedimento comum..... | 1786 |
| 78.7. | Cadastro das pessoas jurídicas de direito público para receberem comunicações por meio eletrônico..... | 1786 |
| 78.8. | Insolvência civil..... | 1788 |
| 78.9. | Atos processuais eletrônicos..... | 1788 |
| 78.10. | Depósitos em dinheiro..... | 1789 |
| 78.11. | Tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública..... | 1789 |
| 78.12. | Preparo recursal na Justiça Federal..... | 1789 |
| 78.13. | Nulidade da sentença arbitral como matéria de impugnação ao cumprimento de sentença..... | 1790 |
| 78.14. | Juizados especiais..... | 1790 |
| 78.15. | Embargos de declaração no processo em trâmite na justiça eleitoral..... | 1791 |
| 78.16. | Pesquisas estatísticas periódicas pelo Conselho Nacional de Justiça..... | 1793 |
| 78.17. | Usucapião extrajudicial..... | 1793 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 1797 |